

ACTA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2010

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, pelas nove horas e trinta e seis minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 2.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Srs. deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa respectivamente 1º e 2º secretário da referida Mesa.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O Sr. presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, registando-se as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Martins Maio, António Gonçalves Toste Parreira, António Toledo Alves, Cristina Margarida Alves de Sousa, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, José Avelino Carvalho Paim, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gaspar Rosa de Lima, José Guilherme Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Henrique Assis Ferreira, Maria de Fátima Viveiros Cordeiro, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, José Carlos dos Santos, Sónia Maria Silva Ávila Pessoa, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Jorge Henrique Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Luís Paulo Oliveira Pimentel Carneiro, Maria Antonieta Bettencourt do Canto, Mónica Reis Simões Seidi, Rómulo de Ficher Correia.

Do CDS-PP

Maria Eduarda Ferreira de Borba, José Alberto Moniz Borges, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Da Câmara Municipal

Andreia Martins Cardoso da Costa, António Lima Cardoso Ventura, Alonso Teixeira Miguel, Francisco Cota Rodrigues, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

O Sr. presidente da Mesa, referindo que, com vista à eliminação de atrasos, de futuro, se procederia a alterações no processo de elaboração das actas, anunciou que a da sessão

de 22 de Fevereiro não se encontrava concluída, apresentando para apreciação e posterior votação a acta da 5ª sessão ordinária realizada a 18 de Dezembro de 2009.

O Sr. d.m. José Cipriano Martins, verificando a existência de erro na identificação do seu nome numa das suas intervenções, solicitou a respectiva correcção.

A Sra. d.m. Carla Bretão, elogiando a forma como a acta se encontrava redigida, transmitindo o seu redactor, d.m. Vasco Capaz, com muita fidelidade o que se passava nas reuniões, relativamente ao resumo de uma intervenção sua, detectou algumas incorrecções nas referências feitas a percentagens e respectivos anos e ao montante de novos projectos e respectiva transição de um ano para o outro, disponibilizando à Mesa uma proposta com as correcções necessárias.

Posta à votação, **a acta da 5ª sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2009 foi aprovada** com 28 votos a favor e 2 abstenções.

O Sr. Presidente da Mesa, relativamente ao expediente mais importante, disponibilizando a sua consulta aos membros presentes, procedeu à leitura de diversos ofícios da Câmara Municipal explicativos dos procedimentos tomados relativamente a Propostas, Recomendações e Votos de Protesto a ela dirigidos pela Assembleia Municipal, com origem nos vários grupos municipais, quer individualmente quer em conjunto.

Anunciou também a recepção do Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo, de um ofício, para conhecimento da Assembleia, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, sobre a legalidade, no âmbito das competências funcionais do Ministério Público, do Contrato/Programa celebrado com a Associação Cultural Angrense em Dezembro de 2009, e um da Junta de Freguesia da Sé relativo ao lançamento de selos comemorativos dos duzentos anos de existência do Império dos Quatro Cantos.

Ainda, do Gabinete do Sr. Ministro da Administração Interna, foi anunciado o encaminhamento para o Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local do pedido de esclarecimento relativo à transferência de verbas para as autarquias dos Açores dos valores correspondentes a 5% do IRS gerado nos respectivos concelhos

Por último, deu conta dos ofícios de agradecimento das Assembleias Municipais do Funchal e da Ribeira Brava, dos presidentes das Câmaras Municipais do Funchal e de Câmara de Lobos e dos presidentes do Governo e da Assembleia Regional da Madeira, pelo Voto de Pesar aprovado pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo por ocasião dos trágicos temporais ocorridos naquela ilha.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram pedidos de inscrição por parte do público.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. d.m. José Borges começou por questionar a Sra. presidente da Câmara no sentido de saber se tivera conhecimento prévio da saída do INATEL da ilha Terceira, se tomaria alguma posição sobre o assunto e se existia alguma proposta para exploração das piscinas da referida fundação.

Perguntou-lhe também quem seria o representante da CM nas Sanjoaninas e quanto auferiria.

Finalmente, em jeito de alerta, fez notar que o Pavilhão Municipal necessitaria de algumas obras de beneficiação, além das já efectuadas, porque, a partir de próxima época, a iniciar em Setembro/Outubro, entrariam em vigor novas regras do Basquetebol e algumas linhas teriam que ser apagadas o que acarretaria alguns custos.

Mencionou ainda a necessidade de aquisição de novos aparelhos para cronometragem dos jogos, já que os existentes, devido aos anos de uso, estariam a causar alguns problemas, funcionando apenas graças à boa vontade do funcionário.

A Sra. d.m. Carla Bretão, à semelhança do Sr. d.m. José Borges, questionou a Sra. presidente da Câmara sobre a saída da delegação do INATEL do concelho de Angra do Heroísmo, lamentando tratar-se de uma situação a juntar a uma série de outras sucedidas nos últimos tempos, correspondendo à saída de importantes valências do concelho, designadamente o Comando da Polícia de Segurança Pública, o IFAP, a LOTAÇOR, a Direcção de Finanças e agora o INATEL, esvaziando-o pouco a pouco, diminuindo assim o seu poder no contexto regional e o papel que a segunda maior ilha dos Açores deveria ter no desenvolvimento regional.

Disse ainda que, a juntar a tudo isto, a concentração da SATA numa das ilhas do arquipélago agravaria o dito esvaziamento, o que, a prazo, implicaria perda de empregos e de investimento, acarretando consequências nefastas para o seu desenvolvimento económico.

Considerando tratar-se de uma situação preocupante, gostaria de, em nome do Grupo Municipal do PSD, saber quais as diligências da CMAH para pôr cobro a esta situação e travar este esvaziamento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. d.m. Jorge Belerique, que há dois ou três anos levantara a questão do mau estado dos itinerários no interior do aterro sanitário e recebera como justificação os trabalhos então em curso e a indicação de resolução rápida do problema, deslocou-se recentemente ao referido aterro, especificamente à zona de depósito de ramagens, e constatou que aquele percurso seria digno de um *Paris - Dakar* ou qualquer coisa do género, por tão difícil se tornar a circulação de qualquer viatura, tantos eram os buracos, não compreendendo a razão pela qual a Câmara, possuidora dos meios necessários, não se dispunha a espalhar periodicamente algumas bagacinas e terras para regularização do piso.

No tocante às touradas à corda, por se abeirar o período festivo na ilha Terceira, recomendou que os dois traços a branco que delimitam o percurso de cada tourada, fossem pintados com cal, já que seria de mais fácil remoção do que a tinta normalmente utilizada, devendo a Câmara fiscalizar essa situação.

Relativamente ao espaço rectangular pintado a branco com a sigla PSP escrita no meio, destinado aos veículos policiais, disse que o regulamento previa a hipótese dessa delimitação ser feita com meios amovíveis, sugerindo que a Câmara de futuro utilizasse em todas as circunstâncias aquele método, evitando as marcações a tinta.

Sobre as questões que levantara na última reunião da Assembleia Municipal relativas à manutenção da via Vitorino Nemésio, em que o Sr. d.m. João Maria Mendes na altura dissera que a situação estava a ser coordenada e que o Prof. Eduardo Dias estaria a elaborar um projecto de arborização de toda aquela área, disse que na ocasião não ripostou por não ter a certeza, mas, após confirmação recente, verificou que tal não correspondia à realidade.

A Sra. presidente da Câmara, respondendo às questões sobre o INATEL levantadas pelo Sr. d.m. José Borges e pela Sra. d.m. Carla Bretão, referiu que o assunto já havia sido objecto de discussão na última reunião de Câmara, na passada segunda-feira, onde mencionara os contactos solicitados à CM pela referida instituição. Disse ainda que a Câmara não tivera conhecimento prévio das alterações ocorridas, mas sim, posteriormente, na sequência de um pedido de reunião dos responsáveis nacionais do INATEL para apresentação do novo responsável de ilha e assim dar conta das alterações da orgânica e funcionamento da instituição. Disse ainda ter sido informada de que o INATEL sofreria uma reestruturação interna, mas que ficariam salvas as suas competências na ilha e que o Núcleo da Ilha Terceira, designação por que passaria a ser identificado, manteria as mesmas responsabilidades e competências, designadamente na gestão dos equipamentos e na concessão de apoios atribuídos às diversas entidades locais.

Referiu também que a exploração das piscinas fora outro assunto discutido na reunião, tendo-lhe sido transmitido que o INATEL vinha avançando com propostas às Câmaras Municipais de todo o país para assumirem os respectivos custos, bem como a responsabilidade pelos seus funcionários, face ao que, após solicitar ao INATEL informação sobre os custos de exploração daquele espaço, com vista à sua ponderação, constatara que a estrutura apresentava um défice de exploração, sendo maiores os custos que as receitas.

Informou ainda que após contactos estabelecidos com o actual responsável pela Agência, também já lhe fora dito que seriam feitos alguns investimentos nas piscinas, com vista à redução de alguns custos fixos na electricidade e na manutenção dos equipamentos.

Adiantou ainda encontrar-se em marcha um trabalho conjunto em projectos respeitantes aos idosos, parecendo-lhe bastante interessantes quer para a CM quer para os municípios, não sentindo até ao momento que esta alteração institucional penalizasse o relacionamento entre a CM e o INATEL e que estaria atenta a desenvolvimentos futuros.

Quanto ao representante da CM nas Sanjoaninas, para além da estreita ligação entre CM, Culturanga e Sanjoaninas, o que do antecedente não sucedia, apesar de não se encontrar nomeado um representante formal, uma colaboradora nas Oficinas funcionava como elo de ligação entre a Comissão das festas e os colaboradores da CM, já que se tornava necessária uma articulação entre a colocação da iluminação e todas as outras infra-estruturas para que, depois, com a vereadora Raquel, resultasse uma melhor coordenação dos trabalhos de execução de todas as tarefas.

Em relação ao Pavilhão Municipal, sendo a Culturanga responsável pela manutenção daquele espaço, referiu que todas as alterações impostas pela lei, à semelhança do que acontecera no Campo Municipal, seriam salvas, para que as equipas pudessem manter a sua prática desportiva regular.

Sobre as touradas à corda garantiu a execução de uma fiscalização bastante rigorosa da sinalização horizontal e da delimitação dos arraiais, constando do Relatório das Actividades Municipais uma reunião realizada entre os responsáveis da autarquia e os delegados das Touradas sobre aquela matéria, tornando-se já prática corrente a utilização

de cal ou fita adesiva branca, mais esta última, para a delimitação dos percursos, anotando a fiscalização os casos pontuais de pinturas com tinta branca, para posterior procedimento.

Quanto à Via Vitorino Nemésio, informou que em reunião realizada na passada semana com o Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia este lhe colocara a questão da sua limpeza e embelezamento, recebendo também da parte da Sra. delegada de ilha daquela secretaria regional a informação da aquisição de equipamentos adequados à função, os quais haviam já entrado em funcionamento.

Quanto à questão do Prof. Eduardo Dias, confessou que tinha sido um assunto aflorado mas não muito aprofundado, parecendo-lhe ter havido contactos nesse sentido. Referiu no entanto que, com os recursos próprios da delegação de Obras Públicas da Ilha Terceira, estava a avançar o processo de embelezamento da via.

Quanto aos esclarecimentos sobre o Aterro Intermunicipal, passou a palavra ao Sr. Presidente dos Serviços Municipalizados.

O Sr. vereador Cota Rodrigues lembrou que o referido Aterro fora construído numa zona muito alta, no centro de uma caldeira no meio da ilha onde ocorria muita precipitação, suspeitando-se, já na altura da sua construção, da existência de água subterrânea, o que na realidade viera a confirmar-se.

Referiu ainda que as obras daquela estrutura implicavam custos elevados, sendo necessário impedir que lixiviados e substâncias nocivas passassem para o substrato do terreno e se misturassem com a água, lançando o repto para que todos fossem pensando numa solução para aquele problema, Oposição incluída, em vez da postura tradicional de estar sempre contra, acrescentando que ser Oposição significaria também colaborar e dar alguma ajuda para o progresso do Concelho.

Quanto aos itinerários, referiu que a zona do aterro se encontrava em reestruturação e que cada bolsa, ocupando aproximadamente dez mil m², correspondentes a dois campos de jogos, enchia a cada dois anos, tornando inoportuno a continuidade daquele procedimento, prosseguindo-se com a repavimentação expedita dos itinerários até à tomada de decisão do método de tratamento de lixos que viesse a ser adoptado.

Lembrou também que, por ter sido um ano de muita chuva e haver muito movimento na descarga de cerca de 45 toneladas de matéria orgânica recolhidas na Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, o pavimento degrada-se facilmente.

O Sr. d.m. Francisco Barros, dando conta da posição do seu grupo municipal relativamente à agência do INATEL, disse entender essencial garantir a não deslocalização de qualquer das suas actuais ou anteriores competências e que constituía obrigação daquela instituição a recuperação do seu edifício sede e casas adjacentes situadas na cidade de Angra que mostravam sinais de degradação. Se assim não fosse, cá estariam, enquanto Grupo Municipal, para pressionar junto da referida agência, ou fundação, com vista à concretização dessas medidas.

Em segundo lugar disse que gostaria de saudar o recém-eleito Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro pela vitória obtida nas eleições e, com alguma ironia, agradecer o tipo de campanha feita pela coligação PSD/CDSPP que conseguiu, no espaço de alguns meses, um decréscimo de 454 votos. Entendeu ainda lamentável que, como peça de campanha, aparecesse algo como: *“Pela nossa parte estaremos tranquilos, fizemos uma campanha sem ataques”* ou, um pouco mais acima, *“A Presidente da Câmara Municipal tem feito mais campanha em S. Pedro com o candidato do PS talvez por reconhecer que*

a lista não está à altura do desafio de liderar a freguesia”, concluindo que, se não era um ataque, seria um elogio à Sra. Presidente da Câmara, uma vez que, não estando sequer a fazer campanha enquanto Presidente de Câmara, seria inadmissível que não se entendesse e não se aceitasse que a cidadã Andreia Cardoso, ou qualquer outro cidadão deste concelho ou desta região, fizesse campanha e expressasse a sua opinião e vontade.

Como nota final, continuando a citar: “...e percebemos que o PS está desesperado, que até marcou o seu Congresso para Angra no mesmo fim-de-semana das eleições, seguramente para tentar tirar proveito eleitoral”, concluiu em tom satírico que, graças aos votos dos delegados do PS da ilha do Corvo, o partido voltara a ganhar a freguesia de S. Pedro.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, aproveitando a presença do Sr. Presidente do Conselho de Ilha, d.m. António Maio, alvitrou que, por se tratar duma questão que envolvia toda a ilha, seria útil aquele Conselho pronunciar-se e mandar recado à nova estrutura do INATEL, no sentido de não deslocar ou reduzir competências que pudessem contribuir para o esvaziamento político da ilha Terceira.

Por outro lado, em relação a um assunto que lera na imprensa, gostaria de um esclarecimento, já que não conhecia nenhuma legislação que promovesse os Revisores Oficiais de Contas (ROC) a protagonistas políticos, com o fim de avalizarem politicamente qualquer tipo de contas ou de publicações que tivessem essa natureza financeira e que de tal necessitassem.

Em relação ao orçamento das Sanjoaninas, apesar de ausente da discussão, pretendeu saber se as receitas previstas com a venda de bilhetes para os concertos no novo recinto fechado do parque do Bailão cobriria a despesa da referida vedação, obtendo aquela medida a sua concordância mesmo que tal não viesse a acontecer.

A Sra. Presidente da Câmara, convicta de que o Sr. d.m. Nuno Melo Alves conhecia muito bem o papel da revisão oficial de contas e a importância da sua certificação legal como garante de uma análise isenta e eliminadora de um conjunto de dúvidas que perduraram durante anos e motivaram intensos debates, apesar de não alcançar o sentido do comentário por ele produzido, lembrou a sua obrigatoriedade, no tocante à CM e à Empresa Municipal.

Já quanto aos Serviços Municipalizados, tratava-se de uma opção assumida pela Autarquia para garantir, aí também, uma análise isenta, sendo esse acompanhamento feito pela empresa de Revisores Oficiais de Contas contratados pela Câmara.

Sobre o orçamento das Sanjoaninas, referiu a sua publicação nos jornais locais no dia anterior à reunião da Assembleia Municipal, disponibilizando-se na página da Internet da CM uma análise detalhada ao referido orçamento e à sua decomposição pelas receitas e despesas, designadamente na componente da venda de bilhetes para os espectáculos musicais.

Adiantou ainda que, por ser o primeiro ano em que tal modalidade se punha em prática, para que fossem conseguidos alguns elementos que servissem de base às estimativas, fora solicitada alguma informação junto da CMPV relativamente à venda de bilhetes nas Festas daquela cidade e feitas as necessárias adaptações, em função dos preços a praticar em Angra, estimando-se inicialmente um valor de mais de duzentos mil euros, que vinha a ser trabalhado pela comissão das Sanjoaninas há já alguns meses, não tendo sido possível a sua aprovação há um mês atrás, por constar do orçamento da CULTURANGRA.

Contudo, aquela Comissão procedera a uma revisão em baixa do orçamento global das festas para cerca de 200 mil euros, quer na componente Receita quer na componente Despesa, sendo que, na componente Receita, o abaixamento mais significativo fora feito na estimativa da venda de bilhetes onde se entendera prudente aplicar uma redução num valor compreendido entre oitenta e noventa mil euros.

Para além disso, a previsão inicial de 5 mil pulseiras para acesso a todos os espectáculos das Sanjoaninas fora revista e reduzida para 3 mil e a venda de 750 bilhetes, reduzida para 500 do que resultaria um abaixamento na Receita de cerca de 100 mil euros.

Por último, relativamente à componente da Despesa, o abaixamento mais significativo incidira sobre o cortejo, decorações, etnografia e desporto e que tudo fora detalhadamente explicado aquando da apresentação do Orçamento da CULTURANGRA na passada segunda-feira.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, na sequência da intervenção do Sr. vereador Cota Rodrigues respeitante ao Aterro Sanitário, começou por saudar a aceitação de propostas provenientes da oposição, salientando que seriam mais favoráveis se fossem aprovadas.

Considerou pertinentes todas as chamadas de atenção referentes ao aterro, relembrando que, sendo Intermunicipal e servindo os munícipes de ambos os concelhos da ilha, não devia ser deixado ao abandono, necessitando por isso de manutenção adequada ao seu bom funcionamento.

Disse ainda que o facto de existir oposição, não significava que fosse destrutiva, devendo governar quem para tal fora eleito. Assim sendo, desejou saber se o executivo camarário diligenciara a obtenção de pareceres técnicos respeitantes à construção de novas células no aterro sanitário ou à possibilidade de uma nova localização, e se, naquele caso, englobaria a participação do concelho vizinho e quais os possíveis problemas daí resultantes.

Relembrando ainda uma intervenção sua na última Assembleia Municipal, relacionada com o tratamento de resíduos no concelho, pretendeu saber se fora tomada alguma decisão sobre o tipo de tratamento a utilizar: incineração, compostagem, etc., dadas as anunciadas tomadas de decisão até ao final do ano.

A Sra. presidente da Câmara começou por salientar a postura do executivo camarário em relação a propostas vindas da oposição, dizendo que havia provas dadas na aceitação de algumas dessas propostas, como por exemplo o evento decorrido nos Paços do Concelho no dia anterior, da iniciativa dos vereadores do PSD sobre a avaliação da Radiação Electromagnética, o qual, apesar da pouca participação do público, contara com a presença do Sr. vereador Cota Rodrigues e dela própria.

Referiu ainda que a construção de um novo aterro em Angra ou na Praia da Vitória se encontrava fora de questão, estando, isso sim, prevista a construção de uma nova bolsa, tendo-se entretanto já obtido o entendimento de princípio entre as Câmaras Municipais e o Governo Regional quanto a uma possível solução de valorização dos resíduos nas proximidades do actual aterro e, até, promovido consultas a empresas fornecedoras daquele tipo de serviços, lembrando que a Assembleia Municipal fora informada na reunião de Fevereiro de três hipóteses que estariam em cima da mesa, havendo desde essa altura evoluções que passariam a ser explicadas de seguida pelo Sr. vereador Cota Rodrigues.

O Sr. vereador Cota Rodrigues começou por dizer que, por solicitação da CM, várias empresas tinham apresentado propostas que estariam a ser estudadas em conjunto com a

Secretaria Regional do Ambiente (SRA) na busca de uma solução satisfatória para todas as partes, no sentido de, do ponto de vista ambiental, se ir de encontro à melhor opção para a ilha Terceira, identificando aquele procedimento como um processo moroso, já que as diferentes propostas iam sendo recebidas e comparadas, analisadas as vantagens e desvantagens, e só depois é que seria tomada qualquer decisão.

Quanto ao actual aterro, que apelidou de “pérola”, não estava ao abandono, procedendo-se à colocação periódica de bagacina nos caminhos para que os carros pudessem circular e descarregar. Fez ainda questão de recordar que, por se ter vivido um ano de muita chuva e aquela ser uma zona de elevada precipitação, era natural que os caminhos se degradassem com maior facilidade, limitando-se os Serviços às acções de manutenção com vista à sua transitabilidade, dentro dos condicionalismos impostos pelo local.

Quanto à construção da 8ª célula, existindo a possibilidade de ainda no corrente ano se poder encontrar uma solução definitiva, com base em pareceres e estudos pedidos a várias empresas, protelara-se ligeiramente a tomada de decisão da sua construção, apelando na circunstância aos membros do grupo municipal do PSD, que também tinham cabeça para pensar, que apresentassem sugestões em vez de ficarem à espera, promovendo uma oposição construtiva contribuindo para a solução do problema.

A Sra. d.m. Carla Bretão, que na sua intervenção anterior não pretendia cingir ao INATEL o problema das profundas implicações do esvaziamento da ilha, entendeu que o tom provocatório do Sr. d.m. Francisco Barros não tivera em conta o desenvolvimento das suas considerações, preferiu não enveredar por esse caminho, declarando não possuir qualquer pejo em felicitar democraticamente o PS e o seu candidato, eleito presidente da junta de freguesia de S. Pedro na sequência do acto eleitoral extraordinário ocorrido naquela freguesia.

Sobre aquele aspecto e as suas circunstâncias envolventes, desconhecendo a autoria dos excertos de um documento lido pelo Sr. d.m. Francisco Barros, criticou a intervenção pessoal da Sra. presidente da Câmara na campanha eleitoral para a citada freguesia, designadamente na apresentação da lista candidadta, atitude em sua opinião incompatível com as funções por ela desempenhadas, por desadequadas ao envolvimento partidário, apontando ainda o facto indesmentível da marcação do Congresso do PS para o fim-de-semana da realização do acto eleitoral referido.

Para além disso, continuando a cingir-se aos factos e recusando partir para a provocação política, não poderia deixar de salientar a afirmação do candidato vencedor de que contava com o condicional apoio do Governo Regional e da Câmara Municipal, sugestiva da interpretação de que a lista oponente o não teria, atitude em seu entender pouco ética, por dever de apoio equitativo às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais por parte daquelas entidades, independentemente da sua cor partidária, situação que infelizmente se vinha sentindo nos Açores, penalizadora dos açorianos que bem a sentiam na pele.

Por último, lamentando a escusa da Câmara e do Sr. d.m. Francisco Barros em abordar as questões do esvaziamento do concelho e da ilha, como a que levantara sobre o INATEL, retribuiu o tom satírico com uma pequena alfinetada, alvitrandos que a elevada abstenção verificada, as carrinhas e muitas outras coisas poderiam ter ajudado no resultado obtido.

O Sr. d.m. António Maio, em resposta ao Sr. d.m. Nuno Melo Alves, notando que o assunto do INATEL se enquadrava nas preocupações temáticas de interesse do Conselho de Ilha a que presidia, informou que na reunião ordinária prevista para o mês de Maio o assunto poderia ser abordado, no mínimo no período de 60 minutos antes da ordem do dia, caso se verificasse impossível a sua inclusão na respectiva agenda dos trabalhos.

Ressaltando ainda o facto de um jornal local ter referido na semana anterior que o problema do INATEL passara ao lado de toda a classe política e até da própria comunicação social, apelou a uma maior preocupação do CDS/PP com a sua participação naquele órgão, já que, em dezoito reuniões realizadas, apenas participara em três ou quatro, limitando um pouco o seu contributo nos importantes pareceres sobre propostas de Decretos Legislativos emanados da Assembleia Legislativa Regional, havendo a preocupação de nunca marcar a data das reuniões sem previamente contactar os diferentes grupos parlamentares para saber das suas disponibilidades.

A Sra. d.m. Anabela Gomes manifestou-se surpreendida com facto de os Serviços Florestais depositarem ramagens no Aterro Municipal, devendo, antes, em sua opinião, ter já adquirido uma máquina para obtenção de estilha de madeira, a qual poderia ser vendida e usada não só como fertilizante para jardinagem como também no controlo de infestantes ou, ainda, no embelezamento das próprias estufas daqueles Serviços, senão mesmo promover a recolha das ramagens das podas de toda a ilha para posterior tratamento, tornando efectiva a tão apregoada e muito pouco praticada sustentabilidade, transformando desperdícios em mais-valias, situação que deveria ser extensível à incineração do gado morto, com o aproveitamento das cinzas obtidas por aquele processo.

A Sra. presidente da Câmara, fazendo questão de deixar expresso o seu entendimento sobre a sua participação enquanto cidadã angrense e dirigente partidária na campanha eleitoral para a Junta de Freguesia de S. Pedro, entendeu ser não só um direito como um dever, enquanto dirigente partidária do PS a nível regional, manifestar o seu apoio inquestionável à lista de candidatos à junta de freguesia de S. Pedro, tendo-o feito sem se esconder atrás de nada.

Para além da participação na entrega da lista em tribunal e na apresentação da candidatura no Hotel Caracol, acompanhara quase todos os dias os candidatos daquela lista na sua campanha eleitoral, prática também utilizada por vereadores eleitos por outros partidos para o executivo camarário, em apoio à outra lista concorrente, no exercício, aliás meritório, da função de motivar as pessoas a participarem no acto eleitoral em causa.

Quanto a uma suposta frase do discurso do candidato a Presidente da Junta no Hotel do Caracol, em que dizia: “*Contamos com o apoio da Câmara Municipal, do Governo Regional e dos cidadãos de S. Pedro...*”, entendeu nada haver de excepcional nessa frase, por considerar normal que qualquer candidato apelasse àquele apoio, à semelhança da coligação oponente que afirmara exactamente o mesmo, quando, no dia 14 de Abril de 2010, declarara contar com o apoio da Câmara Municipal e do Governo Regional, como aliás seria expectável.

A Sra. presidente da Câmara, que para além de cidadã angrense também residia na freguesia de S. Pedro, quanto ao desconhecimento da Sra. d.m. Carla Bretão sobre o teor de parte do documento que fora distribuído porta a porta naquela freguesia, lembrou ter-se cruzado com ela própria na sexta-feira, véspera do acto eleitoral, numa altura em que procedia à distribuição da referida carta, depreendendo que, para além de conhecedora, também seria co-autora de tal maravilha distribuída em véspera de eleições.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, considerando-se esclarecido sobre as contas relativas aos bilhetes das Sanjoaninas, quanto ao Aterro Municipal, tornando-se claro que, segundo a Sra. presidente da Câmara, a solução não passaria por uma localização diferente da actual, não encontrava motivos para não se proceder aos indispensáveis trabalhos de manutenção dos seus acessos.

Em relação às colaborações da Oposição, não podendo ninguém contestar a colaboração do CDS/PP com os partidos do poder, agradeceu a disponibilidade do Sr. d.m. António Maio para debater na próxima reunião do Conselho de Ilha o assunto da saída do INATEL, justificando as ausências do deputado regional do seu partido às reuniões daquele Conselho com um excesso de disponibilidade que o fazia também vereador municipal, para além das funções de dirigente partidário, conflituantes com os vários compromissos de agenda e responsáveis pela sua ausência à reunião em curso.

Ainda sobre a campanha eleitoral para a junta de freguesia de S. Pedro, considerou não restar qualquer dúvida de que, quando os candidatos da lista coligada afirmavam contar com o apoio do Governo e da Câmara, estavam a pedi-lo, e que, quando o candidato do PS o fazia, estava a afirmá-lo, razão pela qual os candidatos não deviam ter o apoio de qualquer entidade oficial, mas sim dos eleitores, deixando o resultado falar por si próprio.

O Sr. presidente da Mesa, num ponto de situação dos tempos gastos, informou que os grupos municipais do CDS-PP e PSD haviam esgotado o seu tempo e que o grupo municipal do PS dispunha ainda de 20 minutos.

A Sra. d.m. Carla Bretão, motivando risos na sala, pediu a palavra para defesa da honra por, aparte o riso e o gozo, a Sra. presidente da Câmara a acusar de afirmações que não proferira, já que na altura não identificara o texto citado pelo Sr. d.m. Francisco Barros, lembrando que o seu grupo municipal levantara uma questão importante sobre o esvaziamento da ilha Terceira e continuava sem qualquer resposta, entendendo que aquela figura também poderia ser usada quando sistematicamente ausentes os esclarecimentos solicitados, por ofensivo dos direitos dos grupos municipais.

O Sr. presidente da Mesa, sugerindo que todos os Srs. deputados lessem um pouco mais da história dos Açores, já que assim entenderiam melhor algumas das questões ali levantadas, referiu que, a respeito da saída do INATEL, no dia anterior, um humilde cidadão lhe dissera que estaria a ser aplicada a lógica das grandes superfícies.

De facto, estando em Lisboa, ninguém conhecia a nossa região, tomando decisões num papel a régua e compasso, fazendo com que muitas delas favorecessem a ilha maior, porque mais populosa e com maior poder económico, confundindo a cidade mais importante como a Capital dos Açores, o que naturalmente não correspondia à verdade.

A esse propósito, recordou uma palestra proferida pelo Sr. Dr. Álvaro Monjardino sobre a história dos Açores e a sua ligação ao continente português e aos Estados Unidos, num colóquio realizado há quinze dias dirigido aos Auditores do Curso de Defesa Nacional, em que, no final, um Sr. Coronel, de forma mal-educada perguntara: *“Eu afinal quero saber se os Srs. querem a independência ou não?”*, revelando tal afirmação a mentalidade retrógrada de muita gente em Lisboa, também transversal a muitos partidos.

O Sr. d.m. Jorge Belerique, concordando com a Sra. d.m. Anabela Gomes, lembrou que por várias vezes apresentara alguns contributos para a diminuição do volume de resíduos orgânicos depositados no aterro sanitário.

Devendo, como funcionário dos Serviços Florestais, trazer o seu contributo à Assembleia Municipal, informou que aqueles serviços, apesar dos dois tipos de estilhaçador de que dispunham e da compostagem produzida, pontualmente, por questões internas, se viam na necessidade de encaminhar alguns resíduos para o aterro, disponibilizando aqueles equipamentos a outras entidades sempre que necessário

Por último, entendendo que no passado se deveria ter olhado com mais alguma preocupação para o uso a dar à estilha e ao composto, nas várias situações em que podiam ser aproveitados, lamentou a ausência de preocupações dos SM e da CM naquele aspecto.

O Sr. vereador Cota Rodrigues, constituindo o aterro um problema de todos e de todos conhecida a sua história, informou estarem a ser aceites relvas, ramagens e também animais mortos, caso contrário, seriam abandonados nas bermas da estrada ou noutros locais, tendo depois que ser removidos pelos Serviços.

Referiu ainda que no aterro não entravam resíduos de construção e demolição (RCD), por falta de licenciamento para o efeito, sendo tais materiais reciclados e utilizados por duas empresas particulares, só se aceitando de forma gratuita pequenas quantidades, quando provenientes de pequenas obras isentas de licença, posteriormente entregues àquelas empresas receptoras de resíduos, por sair mais barato isentar de qualquer custo quem os entrega, do que os recolher posteriormente numa qualquer berma.

Quanto à manutenção daquela infra-estrutura, rejeitando a ideia de abandono, lembrou que, numa fase de indecisão sobre o destino final dos resíduos, não seria a altura ideal para fazer pavimentações, correndo-se o risco da sua remoção dali a algum tempo, sendo natural que, devido às fortes chuvadas, algumas zonas dos acessos não se encontrassem nas melhores condições, já que ali se descarregavam diariamente 45 toneladas de resíduos, correspondentes a um consumo de 1,3 kg por cada terceirense, em grande parte reciclados e exportados, procedimento que acarretava um grande investimento a nível de contentores, do sistema de recolha em si e de educação ambiental, incluindo alguém nas escolas a tentar passar a mensagem, que em breve se tornaria extensiva aos agricultores.

Por fim, reiterou o apelo à oposição com vista à prestação do seu contributo quanto à decisão final a tomar pela Câmara sobre as soluções de fundo a adoptar relativamente ao tratamento de resíduos, repto lançado havia três meses, não devendo as forças partidárias nela incluídas limitar-se à assunção da mera atitude de estar contra.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves pediu para intervir em defesa da honra, pelo dirigismo que um vereador tentara impor à oposição, afirmando que o seu julgamento caberia a quem a elegera, lembrando uma situação de há poucos dias em que uma oposição, tendo tentado fazer algo impedido pelo poder, fora a julgamento eleitoral favorecendo esse mesmo poder, não aceitando tal crítica, já que o CDS/PP constituía o Partido que mais colaborava com o poder camarário.

O Sr. presidente da Mesa, dirigindo-se ao Sr. d.m. Nuno Melo Alves, não considerou que o Sr. vereador Cota Rodrigues o tivesse ofendido a ele nem ao seu grupo municipal, entendendo que ele próprio se contradissera ao julgar-se ofendido com as declarações do Sr. vereador, atribuindo simultaneamente ao seu partido o maior contributo para as soluções encontradas.

Desencadeando-se um diálogo um pouco mais acalorado entre ambos, o Sr. presidente da Mesa rematou, lembrando que o Sr. vereador afirmara que, para se ser oposição responsável, não bastaria criticar mas sim apresentar soluções, o que subscrevia, não considerando que tal constituísse motivo de ofensa.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves afirmou, em conclusão, que, ao invocar a defesa da honra, apenas pretendia rebater a crítica do Sr. vereador Cota Rodrigues de falta de colaboração da oposição.

O Sr. d.m. Francisco Barros, numa interpelação à Mesa, sugeriu um esclarecimento quanto ao sentido da interpretação do Regimento no que à figura da defesa da honra dizia

respeito, porque, se cada vez que algum membro manifestasse uma opinião discordante o outro recorresse à defesa da honra, aconteceria que, à excepção dos momentos em que se dissesse bom dia ou boa tarde, alguém se dirigisse à mesa ou se perguntassem as horas, tudo o resto serviria para a sua invocação.

Recordando que na Conferência de Líderes, de uma forma justa e sem qualquer conflito, fora definida proporcionalmente a atribuição dos tempos aos grupos municipais, de acordo com a sua representatividade, entendeu que, se por falta de tempo fosse usado o subterfúgio da defesa da honra para intervir, não se chegaria a lado algum e a Assembleia perderia a dignidade, transformando-se numa simpática tertúlia de um grupo de amigos a discutir um tema qualquer e a interromperem-se uns aos outros.

O Sr. presidente da Mesa, fazendo jus à tolerância por que procurava pautar o seu procedimento em relação aos tempos de intervenção, não obrigando a um rigor milimétrico e concedendo a palavra para além do tempo disponível a cada grupo municipal, sempre que razoável, lembrou contudo a necessidade de obediência às regras estabelecidas, não podendo a simples discordância de determinada posição significar ofensa da honra, conforme sucedera com o Sr. d.m. Nuno Melo Alves.

O Sr. presidente da Mesa, respondendo a uma nova discordância por parte do Sr. deputado N. Melo Alves, considerou-a impertinente.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, entendendo-se alvo de um juízo de valor, acusou o Sr. presidente da Mesa de o ter interrompido, entrando em diálogo, não o deixando concluir a sua intervenção.

O Sr. presidente da Mesa, lembrando em tom alterado que não lhe tinha concedido a palavra, entendeu desrespeitada a Mesa e que a questão já estaria esclarecida.

Apesar disso, mantendo-se o diálogo com argumentos de parte a parte, ameaçou interromper os trabalhos, caso o Sr. d.m. Melo Alves não retomasse maneiras, deixando de sistematicamente o interromper.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves rematou, referindo que na altura certa apresentaria um voto de protesto à Mesa.

O Sr. d.m. Francisco Barros, recusando produzir uma intervenção que implicasse resposta, face à indisponibilidade de tempo do grupo municipal do PSD, não deixou contudo de, em tom irónico, tecer alguns comentários dirigidos à Sra. d.m. Carla Bretão, designadamente que não sentisse a sua honra ofendida nem alvo de qualquer alfinetada, costumando, a propósito, dizer aos filhos que até a história do Capuchinho Vermelho podia ter mais que uma versão, caso fosse contada pela avozinha, pelo lobo ou pelo caçador.

Sobre a coincidência do encerramento do Congresso do PS com o dia das eleições para a Assembleia de Freguesia de S. Pedro, lembrou que, por acaso, estava marcado para uma data anterior, tendo o seu adiamento sido decidido anteriormente à marcação da data das eleições.

Quanto ao facto de a Sra. deputada se sentir ofendida ou incomodada pelos risos, não pretendendo assumir um ar de erudito, aconselhou-a a ler a obra “*O nome da rosa*”, de Humberto Eco, em que um dos personagens, *Master Gorke*, envenenava os outros monges do mosteiro por ousarem ler o livro “*A alegoria do riso*”, concluindo que rir seria das melhores coisas que ainda se podia fazer.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 23 de Fevereiro a 30 de Abril, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.

A Sra. presidente da Câmara, elencando alguns aspectos que lhe pareciam mais relevantes, em primeiro lugar, no tocante à área de intervenção social, informou decorrer a fase de recepção de candidaturas de idosos a beneficiários dos 40 aparelhos de tele-assistência disponíveis, a avaliar posteriormente por uma comissão designada para o efeito e que na Terra Chã se realizara uma acção de sensibilização no âmbito do Plano Municipal de Prevenção dos Comportamentos de Risco e Toxicodependência.

No tocante à rede de água, referiu o início da ligação entre a Canada da Ajuda e o Bairro Novo do Bravio, na freguesia de S. Mateus, e a retoma dos trabalhos de remodelação e construção das redes de abastecimento e drenagem de águas do Pico da Urze/Folhadais, incluindo a repavimentação e sinalização rodoviária.

Informou, também, continuarem a decorrer com normalidade os trabalhos de execução da empreitada de remodelação da rede de águas e saneamento de diversos arruamentos, designadamente do 2º Pacote, na Canada da Ribeirinha, na Canada Francisco Alves, Canada da Parreira e também na Canada da Calçada em S. Bartolomeu.

Como aspecto relevante, deu conta do desencadeamento do processo para adjudicação da aquisição do equipamento do furo de captação de água da Canada do Capitão-mor, o último a ser executado pelos Serviços Municipalizados na freguesia de S. Mateus.

Mencionou de seguida a necessidade de limpeza da Zona Industrial que, apesar de próxima do aterro, tem sido utilizada para deposição de resíduos, lembrando também que se procedia à limpeza de plásticos na zona adjacente à ETAL, no perímetro exterior à vedação do Aterro Intermunicipal e na encosta da Serra da Ribeirinha, à custa de PROSA'S admitidos pelos SMAH, informando ainda, quanto àquela infra-estrutura, estar em fase de adjudicação uma aquisição de serviços para elaboração das peças para procedimento da empreitada de construção da 8ª célula.

Manifestando também satisfação pelo facto de a ETAR da Grota do Vale se manter em funcionamento regular dentro das regras definidas e que, no seu período experimental e após alguns pequenos ajustes, o sistema de desodorização também se mantinha em funcionamento de forma satisfatória, destacou a importância da adjudicação da elaboração do Projecto de Execução do Tratamento Terciário da ETAR da Grota do Vale e todos os trabalhos de manutenção, limpeza e vistoria às Ribeiras, efectuados pelo Serviço Municipal de Protecção Civil.

No tocante à Reabilitação Urbana, destacou a execução do passeio em calçada da Av. Álvaro Martins Homem, já em fase de conclusão, à semelhança aliás da rede de ligação da Canada da Arruda/Bairro do Bravio, no que respeitava a pavimentação e levantamento de muros.

Ao nível do Turismo, Promoção Municipal e Património Cultural, destacou o procedimento para a classificação da Ribeira dos Moinhos e do Aqueduto de S. João de

Deus e todo o trabalho de levantamento e reuniões técnicas entre a CM e a CCAH, visando o projecto de Urbanismo Comercial.

Informou também que durante o período da Páscoa, por ocorrência de maior movimentação ao nível do turismo, se realizara o circuito turístico “Passos de Angra”, divulgado junto dos hotéis e outros espaços directamente ligados aos turistas.

Referiu ainda a divulgação da candidatura do Algar do Carvão às Sete Maravilhas Naturais de Portugal e os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Agenda 21 local, coordenados pelo departamento da CM.

No tocante às zonas balneares, destacou as candidaturas ao Programa *Bandeira Azul*, todas merecedoras de aprovação, e também as candidaturas a Actividades de Educação Ambiental, à “*Praia acessível a todos*” e à “*Praia Saudável*”.

Salientou de seguida os trabalhos, dinamizados pela Culturangra, de levantamento de percursos desportivos na zona do Relvão e na Marina e a preparação do 1º Evento Internacional de *Free Style Football*, juntamente com a estruturação de um congresso internacional a realizar de 21 a 23 de Outubro, preparado pelo Centro de Estudos.

Referiu ainda a elaboração do Plano Especial de Protecção de Segurança contra Incêndios das Cidades Património Mundial, elaborado pelo Serviço Municipal de Protecção Civil, e a realização de sessões de esclarecimento junto dos colaboradores da autarquia sobre a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária, assunto a analisar mais adiante.

Para finalizar, referiu o início do procedimento de ajuste directo para Aquisição de Serviços e Elaboração do Programa Base para a reconstrução do Mercado Duque de Bragança e a aquisição de serviços para o Teste da Técnica da Temperatura para combate a térmitas na madeira seca.

O Sr. d.m. José Gaspar, felicitando a CM pela inauguração das obras de remodelação e ampliação da Escola de S. Mateus, urgentes e necessárias desde há alguns anos, elogiou o seu apetrechamento em meios humanos e equipamentos virados para o futuro, servindo 160 crianças e facultando melhores condições de trabalho para professores e auxiliares.

Congratulou-se também com a entrega de moradias no empreendimento a custos controlados do Bravio, cujos terrenos a Câmara adquirira há uns anos, relevando os benefícios alcançados com a abertura de uma estrada de ligação entre a Canada da Arruda e os dois bairros contíguos ali existentes.

Quis ainda agradecer à CM o apoio dado à freguesia e à Comissão do Império do Bodo da Terra, no arranjo e ampliação do Coreto do Terreiro de S. Mateus, ressaltando também a inauguração da obra de requalificação da orla costeira do referido Terreiro, com melhoria substancial das condições de segurança daquela área, bem patentes pela forma como conseguira conter o mau tempo ocorrido no dia 17 de Dezembro passado, impedindo a chegada do mar ao bairro novo.

O Sr. d.m. Jorge Belerique, sobre o levantamento de resíduos especiais, indicado na página 21 do Relatório, reparou que dos 625 efectuados apenas 220 haviam sido solicitados, concluindo-se assim que os 405 restantes corresponderiam ao levantamento de depósitos ilegais, evidenciando uma postura cívica que, não sendo culpa da Câmara, mereceria contudo o lançamento de campanhas de sensibilização ou admoestação, com vista à sua eliminação ou à identificação, que se presumia fácil, dos prevaricadores e à aplicação das respectivas coimas, situação tanto mais incompreensível quanto se sabia disporem os Serviços dos meios de apoio necessários à sua recolha.

Relativamente ao lixo normal, para além da falta de cuidado das pessoas, verificava-se que, recorrentemente, especialmente aos fins-de-semana, os contentores se encontravam a abarrotar e com sacos depositados no chão, situação que havia alguns meses atrás a Câmara anunciara como rapidamente ultrapassável com a aquisição e distribuição de mais contentores, promessa por cumprir até ao momento.

Em relação aos métodos para tratamento de resíduos, lembrou que a Sra. presidente afirmara que o Sr. vereador traria novas informações, mas constatara que não trouxera nada de novo e se refugiara no pedido de auxílio e de contributos à oposição, pretendendo saber se de facto haveria ou não novas informações sobre o assunto e que, caso fosse de difícil resolução, o seu grupo municipal estaria à disposição para ajudar em qualquer decisão, cabendo no entanto à CM a liderança do processo, assumindo técnica e politicamente as suas opções.

A Sra. presidente da Câmara, em resposta à intervenção e do Sr. d.m. Jorge Belerique, com a qual mostrara concordância, entendeu necessária a continuação e aperfeiçoamento das campanhas de sensibilização, referindo que, na página 55, no tocante ao Plano dos Investimentos dos Serviços Municipalizados, se encontrava concluído o concurso público para aquisição de material de campanha de sensibilização e implementação de boas práticas, incluindo acções na rádio e na televisão, visando essencialmente o tema da deposição de resíduos fora dos espaços próprios e também procedimentos quanto ao consumo e utilização da água.

Relativamente à compra de novos contentores de lixo, chamou a atenção para a página 56 onde se mencionava o concurso público para aquisição de contentores de tipo Eco Boxes e outros com capacidade para 800 litros, processo em fase de despacho e a decorrer dentro da normalidade.

Sobre o método a adoptar de futuro para o tratamento dos lixos domésticos, conforme fora referido na sessão do passado mês de Fevereiro, perspectivavam-se três alternativas, as quais, depois de analisadas conjuntamente com a Câmara da Praia da Vitória, apontavam no sentido da liquefacção, aguardando-se agendamento de um encontro com o Sr. Secretário Regional da tutela para avaliação da situação e ponderação dos custos a suportar pelos dois municípios junto da Entidade Reguladora regional criada para o efeito.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, em relação ao projecto do Mercado Municipal e ao desafio lançado pelo Sr. Vereador Cota Rodrigues, propôs à Câmara que, na elaboração do projecto do Mercado Municipal, se ponderassem alternativas aos parques de estacionamento subterrâneos, designadamente ao nível do Teatro Angrense, envolvendo a rua da Esperança, podendo eventualmente aproveitar-se também a área subterrânea correspondente ao Pátio do Seminário, alargando-se as possibilidades de estacionamento por ocasião da realização de espectáculos no Teatro Angrense, durante as Sanjoaninas e para toda a cidade de um modo geral, já que, hoje em dia, o avanço da tecnologia permitia encontrar respostas para tudo.

O Sr. d.m. Francisco Barros, sobre o destino a dar aos resíduos, fez questão de acentuar a necessidade da Assembleia tomar consciência de que, qualquer que fosse a alternativa - liquefacção, incineração ou compostagem -, produziria sempre algum impacto ambiental, sendo espectável que, à medida que o tempo passasse, fosse qual fosse a solução encontrada, sempre nos depararíamos com alguma contestação.

Sobre a excelente Agenda Municipal que passara a ser distribuída, congratulou-se não só pela divulgação dos eventos da responsabilidade da CM e da CULTURANGRA mas

também por toda a produção cultural do concelho, independentemente da entidade promotora, esperando-se uma cada vez maior adesão de entidades.

Sugeri também que, à semelhança das farmácias de serviço, se prestassem outras informações, designadamente sobre os horários dos museus, galerias de arte e suas exposições temporárias, e que, nas edições seguintes, além dos títulos dos filmes a exhibir, se identificassem os respectivos realizadores, como forma de evitar confusões, como a eventualmente surgida com a exibição recente do filme “A Estrada”, confundindo-o com o de igual título realizado por Fellini.

A Sra. presidente da Câmara, sobre o Mercado Municipal, referiu já terem sido enviados os dados e o caderno de encargos para as diversas empresas que vão apresentar o projecto base, estando-se nesta fase a elencar as funcionalidades para aquele espaço. Para além dos espaços hortícolas, de peixaria, da carne e do café, também havia sido referida a questão do estacionamento não ao nível inferior do Teatro Angrense, mas pela rua da Sé onde de momento funcionava o Mercado, destinando-se apenas a servir os seus utentes e não a cidade em geral, situação a garantir à custa de equipamento informático adequado, visando a proposta existente que no piso superior funcionassem as bancas e todos os outros estabelecimentos comerciais, com um espaço para galerias, proposta a analisar e a trabalhar pelas diversas empresas consultadas, dispondo de 30 ou 60 dias para apresentarem o projecto base, sem desvio do programa que lhes fora entregue.

Apesar de se ter equacionado a possibilidade de ampliação do Mercado para a zona do Seminário, entendeu-se existir um conjunto de condicionantes inviabilizadoras da sua concretização, pelo que o Mercado continuaria circunscrito ao espaço actualmente ocupado.

Por fim, referiu prosseguirem estudos de outras soluções para melhoria do estacionamento no Centro Histórico, designadamente a hipótese do Largo Prior do Crato, da Rua do Marquês e em frente à Escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, esse, sim, um estacionamento subterrâneo, já que se tratava de uma área grande que contemplava, para além da própria escola, vários outros serviços, tais como a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, a Direcção Regional da Cultura, a Biblioteca Pública, entre outros.

O Sr. vereador Cota Rodrigues, em relação à intervenção do Sr. d.m. Francisco Barros, disse que, sobre o destino final dos resíduos, qualquer opção tomada transportaria consigo aspectos positivos e negativos e algum impacto ambiental, posicionando-se a escolha ideal na opção mais favorável à produção energética e que provocasse o menor impacto ambiental possível, face à sensibilidade da zona envolvente, sustentando, de há vinte anos a esta parte, a opinião da não adequação daquela zona à construção de um aterro com aquelas características, não restando agora outra alternativa que não fosse envidar todos os esforços em acautelar as respectivas consequências ambientais.

1.2 - Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2009, para apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que apresentam os seguintes resultados:

- Fluxos financeiros:

- **Saldo da gerência anterior:** 1 198 580,95 euros (um milhão cento e noventa e oito mil quinhentos e oitenta euros e noventa e cinco cêntimos).

- **Receitas orçamentais:** 17 864 255,74 euros (dezassete milhões oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos).
- **Despesas orçamentais:** 18 610 440,88 euros (dezoito milhões seiscentos e dez mil quatrocentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 452 395,81 euros (quatrocentos e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e cinco euros e oitenta e um cêntimos).

-Demonstração dos resultados do exercício:

- **Custos e perdas:** 16 576 727,93 euros (dezasseis milhões quinhentos e setenta e seis mil setecentos e vinte e sete euros e noventa e três cêntimos).
- **Proveitos e ganhos:** 16 948 769,63 euros (dezasseis milhões novecentos e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e nove euros e sessenta e três cêntimos).
- **Resultado líquido do exercício:** 372 041,70 euros (trezentos e setenta e dois mil quarenta e um euros e setenta cêntimos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:

59 – Resultados transitados: 372 041,70 euros (trezentos e setenta e dois mil quarenta e um euros e setenta cêntimos).

Propõe-se ainda que sejam utilizadas as reservas livres para fazer face ao remanescente de resultados transitados negativos, existentes na conta 59, no valor de 1 985 101,59 euros (um milhão novecentos e oitenta e cinco mil cento e um euros e cinquenta e nove cêntimos).

A Sra. presidente da Câmara, cingindo-se ao que à CM dizia respeito, propôs-se abordar as principais actividades desenvolvidas no âmbito dos aspectos estruturantes para o desenvolvimento do concelho orçamentados para o ano de 2009, designadamente nas áreas da Educação, da Acção Social e da Rede Viária, deixando a componente ambiental para a ocasião de apreciação da prestação de contas dos SMAH.

Começando pela área educativa, para além da elaboração e aprovação da Carta Educativa, instrumento orientador dos investimentos a realizar no Concelho ao nível dos Equipamentos Escolares, elencou a aprovação do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo, a continuação do Programa “Ciência Divertida” e a realização de investimentos estruturantes como sejam a conclusão das escolas de S. Bartolomeu, Infante D. Henrique e de S. Mateus e o lançamento da escola da Ribeirinha, cujos projectos de arquitectura e de especialidades se encontravam concluídos, para além da aprovação do contrato AARAL para financiamento no valor de 15% do custo total da obra, só tendo podido infelizmente iniciar-se as obras em 2010, depois de ultrapassadas uma série de dificuldades, inicialmente devido a dúvidas colocadas pelas empresas consultadas e, mais recentemente, pelo Tribunal de Contas, referentes ao contrato.

Sobre a escola de Santa Bárbara, que seguira procedimento idêntico ao da Ribeirinha, a permuta de terrenos com a Casa do Povo daquela freguesia dispensara gastos com a sua aquisição, aguardando-se, por conter uma forte componente de investimento respeitante ao 2º Ciclo, cujos encargos não competiam à CM, a definição por parte da Secretaria Regional da Educação e Formação da repartição de custos daquela empreitada, encontrando-se todo o processo pronto a ser objecto de contrato por parte da CM.

Por fim, para além destas iniciativas mais relevantes, apontou outras obras de interesse, designadamente intervenções nas escolas do Porto Judeu e de S. João de Deus, no tocante à rede de dados, e a execução da pintura interior e exterior da escola de S. João de Deus.

No respeitante à Acção Social e Habitação, apesar da penalização na execução orçamental provocada pelo atraso na conclusão financeira do processo da erradicação de barracas - inicialmente motivado por atraso da EDIFER no registo das habitações e posteriormente com dificuldade na recepção das verbas contratualizadas com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) -, materialmente finalizado em 2009 com a entrega das últimas 12 habitações da Urbanização do Lameirinho, iniciara-se o processo de reparação das habitações sociais nos bairros do Bravio e do Terreiro em S. Mateus e estabelecera-se um protocolo com a Delegação da Cruz Vermelha respeitante à tele-assistência, na sequência do que se definira um regulamento, já aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, decorrendo a fase de candidaturas para posterior distribuição dos 40 equipamentos a idosos mais dependentes do Concelho.

Referiu ainda, para além da aprovação do regulamento do cartão 4+ e da celebração de diversos contratos com lojas, empresas e profissionais da área da saúde, a concessão de apoios à melhoria das condições de habitação a agregados familiares pertencentes a estratos sociais desfavorecidos, desenvolvendo-se as primeiras iniciativas no âmbito do Plano Municipal de Combate às Dependências e Comportamentos de Risco em parceria com a Escola Nacional de Pais, com a realização de três acções de sensibilização direccionadas às famílias residentes no Bairro da Terra Chã: uma em Março no dia do Pai, outra em Abril e a última em Maio no dia da família.

Verificando com agrado que, após a iniciativa camarária de apoio financeiro à vacina contra a meningite, tal procedimento fora também adoptado pela Secretaria Regional da Saúde, relevou na área da saúde o projecto “Âncora”, em parceria com o Centro de Saúde, prevendo a adopção de medidas com vista à detecção precoce de situações de deficiência ou de atrasos no desenvolvimento de crianças até aos 6 anos de idade.

Relativamente às actividades de lazer destinadas aos idosos beneficiários do Cartão do Idoso, referiu a promoção de actividades mensais sobre teatro, cinema, música e circo, com especial destaque para a comemoração do Dia Internacional do Idoso, relembrando que, em 2009, a autarquia recebera o galardão das Autarquias Familiarmente Responsáveis, para além da garantia de várias outras actividades, designadamente a coordenação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e da actividade da Ludoteca.

No tocante a Comunicação e Transportes, destacou a execução financeira da empreitada de reabilitação dos diversos arruamentos do Concelho, designadamente o Pacote 1, Canada do Foro em S. Sebastião e o 2º Pacote de Estradas, com a realização física de várias obras, vendo-se obrigada a interromper a sua intervenção por esgotamento do tempo atribuído pelo Regimento para aquela circunstância.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, constando na página 11 do mapa de endividamento uma dívida ao Clube Desportivo de Belém no valor de quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e nove euros e outra ao Sporting Clube os Leões de trezentos e oitenta e três mil seiscientos e oitenta e nove euros, assumidas por executivos camarários anteriores e nunca devidamente explicadas, solicitou que a Sra. presidente da Câmara esclarecesse se aquelas dívidas se referiam a alguma compra efectuada com destino àqueles clubes, já que, apesar das tentativas efectuadas durante o seu mandato como presidente da Junta de Freguesia de Porto Judeu, não conseguira obter tal informação.

A Sra. presidente da Câmara, apesar de por várias vezes ter prestado os esclarecimentos pretendidos, fez questão de lembrar uma vez mais tratarem-se de situações que decorriam desde há seis anos, baseadas num contrato programa cujo valor se repartia por mais que um ano económico, contempladas nas Grandes Opções do Plano da autarquia, a contabilizar por essa razão em “dívidas a terceiros”, à semelhança aliás do aprovado em reunião de Câmara relativamente ao Centro de Apoio Comunitário de S. Sebastião e à Associação Cultural Angrense.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, que nunca vira qualquer contrato programa com os citados clubes, constando que a CMAH transferia verbas para uma instituição bancária para pagamento desses valores, apesar das explicações adiantadas, não se considerava esclarecido, afirmando que os montantes em causa não constavam como dívida assumida a 01 de Janeiro de 2010, aparecendo também valores a zero a 01 de Janeiro de 2009.

A Sra. presidente da Câmara reafirmou a existência de um contrato programa e de uma deliberação camarária de há cerca de 6 anos e que, nas Grandes Opções do Plano para 2010, constava a verba para aquele e anos subsequentes, tratando-se por isso de uma situação perfeitamente transparente.

A Sra. d.m. Carla Bretão, para além de, salvo melhor opinião, lhe parecer que o balanço comparado se encontrava mal construído, por os valores apresentados para 2008 coincidirem com os de 2007, relativamente à intervenção do Sr. d.m. Guilherme Melo, não constando a referida verba no mapa e tratando-se de uma dívida que vinha de trás, encontrando-se mencionada em 01 de Janeiro de 2010, entendeu que deveria já ter sido alvo de idêntico tratamento em anos anteriores.

Relativamente ao ano de 2009, onde detectara algumas discrepâncias nos valores das dívidas a terceiros, quer a curto quer a longo prazo, numa apreciação não só técnica mas também política, haveria de se lhe reconhecer razão quando, na discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2010, pressagiava uma baixa taxa de execução para 2009, referindo na altura uma percentagem de apenas 6% para novos projectos, arrastando-se os restantes de anos anteriores, também eles com baixas execuções, situação que de há três anos a esta parte se vinha progressivamente degradando, como demonstravam as percentagens de execução da receita e da despesa, respectivamente de 78 e 75% em 2007, de 67 e 62% em 2008 e de 56 e 55% em 2009, correspondendo a uma estagnação de um valor aproximado de 19 milhões de euros, relativamente aos valores bombásticos apresentados nos orçamentos e respectivas alterações, criadores de falsas expectativas.

Por fim classificou como preocupante o aumento desmesurado dos compromissos por pagar apresentados no final dos exercícios, os quais em 2007 rondavam 1,5 milhões de euros, em 2008 subiram para os 2,5 milhões chegando, em 2009, aos 4 milhões de euros, valor cerca de três vezes superior ao de 2007, acontecendo o mesmo no tocante a dívidas a terceiros, as quais em 2007 se aproximavam de 1 milhão de euros, em 2008 de 1,5 milhões e em 2009 de 4,4 milhões de euros, cenário indicador de que cada vez se fazia menos e devia mais, situação que, vindo de trás, por várias vezes fora denunciada pelo seu grupo municipal, tornando impossível premiar este tipo de gestão que, por isso, impunha uma apreciação negativa do documento em apreço.

A Sra. presidente da Câmara, não dispondo no momento de elementos que permitissem verificar a questão do balanço comparado levantada pela Sra. deputada Carla Bretão, sobre o balanço de 2009 e no tocante ao tipo de apoios a conceder à Associação Cultural Angrense, aos clubes desportivos e ao Centro Comunitário, referiu que, segundo o aconselhamento do Revisor Oficial de Contas, todas as situações deveriam ser tratadas

por igual e contabilizadas naqueles termos, já que, devidamente acordadas entre as partes, previam a subdivisão por mais que um ano económico, sendo a dívida do próprio ano assumida a curto prazo e a dos anos subsequentes a médio e a longo prazo.

Sobre o facto de o mapa não referir o mesmo valor, disse que teria a ver com o sistema informático, devido à necessidade de acertos relacionados com IVA.

O Sr. d.m. António Maio, considerando o documento de prestação de contas consistente e bem elaborado, com muita informação disponível e um enquadramento macro económico bem estruturado, permitindo assim fazer-se uma apreciação fundamentada sobre a evolução e prestação de contas em análise e a actividade do município em 2009, entendeu de fundamental importância uma apreciação atenta do anexo às contas elaborado pelos auditores, porque ajudaria a perceber muitas informações, lembrando estarmos em presença do oitavo ano de aplicação do POCAL e o segundo em que se utilizara na íntegra a contabilidade de custos.

Referiu ainda que a certificação legal das contas não contemplava qualquer reserva, evidenciando que as mesmas estariam em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no POCAL.

Ressaltando o resultado líquido do exercício no valor de 372 mil euros e a normalidade da proposta da sua transferência para resultados transitados, relevou o acordo extra judicial estabelecido para o pagamento de indemnizações aos munícipes residentes nas imediações da ETAR, em consequência do seu funcionamento deficiente, no valor de 750 mil euros, a efectuar até 2013, e, no tocante a encargos financeiros, devido à diminuição da taxa EURIBOR, o pagamento de 500 mil euros, correspondentes a metade do valor pago em 2008.

Destacou também o montante relativo a cobranças duvidosas no valor de 160 mil euros, provenientes essencialmente das rendas de habitação social, não se encontrando em execução judicial, lembrando existir uma provisão de 144 mil euros que praticamente cobria o valor em dívida.

Quanto às principais rubricas da actividade da autarquia em 2009, assistira-se a uma evolução perfeitamente normal, tendo em conta o ano anterior, não só ao nível dos FSE's, mas também no respeitante a custos com pessoal, amortizações, etc.

Quanto aos proveitos globais, salientou o ligeiro decréscimo de 90 mil euros face a 2008, mantendo-se as diversas rubricas em valores constantes, rondando a conta da autarquia os 19 ou 20 milhões de euros.

Relevando o facto de apenas terem sido transferidos 173 mil euros do milhão inicialmente estimado, competindo ao Ministro das Finanças a transferência da verba do montante em dívida, após aprovação pela Assembleia da República, referiu que os fundos próprios da CM representavam 48% do total do activo líquido, apresentando um rácio bastante confortável e que o prazo de pagamento a fornecedores de conta corrente passara para metade em relação a 2007, encontrando-se hoje em 55 dias, sendo que, em 31 de Dezembro, aquele valor se situava nos 80 mil euros, reconhecendo o esforço gigantesco feito pela autarquia nos últimos anos para cumprimento dos seus compromissos com os seus fornecedores.

Assinalando que a 31 de Dezembro de 2009 a capacidade de endividamento se situava na casa dos 80%, com cerca de 2 milhões de euros libertos para investimento, numa análise ao investimento directo municipal, haveria que destacar as 3 grandes rubricas correspondentes a outras tantas linhas orientadoras do programa eleitoral apresentado nas

eleições de 2009, a saber: transportes rodoviários, cultura e ensino superior, havendo ainda que salientar o significativo montante superior a um milhão de euros transferido para as Juntas de Freguesia.

Reconhecendo que as taxas de execução se encontravam aquém do desejado e que tal se devia, como se veria na parte da tarde, ao orçamento de investimento dos SMAH, aconselhou, em nome do seu grupo municipal, a que no futuro se cuidasse de elaborar um orçamento mais realista.

Por fim, dando parecer favorável às contas da CM, já que os princípios básicos estariam respeitados, designadamente a existência de equilíbrio entre a despesa e a receita, não comprometedor da capacidade de endividamento, o controlo das dívidas a fornecedores e o cumprimento dos objectivos traçados nas áreas da educação, acção social, habitação, ambiente, património, ordenamento do território, turismo, desporto, etc., felicitou a autarquia pelas contas apresentadas e anunciou o seu voto favorável.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, entendendo confusos os anexos referentes às transferências correntes para 2009, pela forma como os valores estavam apresentados em cada coluna, solicitou que, de futuro, fossem simplificados numa folha A4 em Excel ou apresentados de outra forma.

Considerando baixas as taxas de execução financeira, defendeu que as obras deviam ser orçamentadas antes de serem postas a concurso, devendo a Câmara apresentar os respectivos valores, para uma melhor análise da execução, já que não vislumbrava qualquer vantagem em apresentar-se orçamentos irrealistas, depois traduzidos em baixas taxas de execução, erro sistémico de há longa data praticado deliberadamente, já que o condicionamento da execução das obras não provinha apenas de questões financeiras, mas também da disponibilidade de mão-de-obra, recursos ou incumprimentos de vária ordem, continuando os orçamentos a ser exageradamente empolados e de natureza política vincadamente propagandística.

Sobre os ROC (Revisores Oficiais de Contas), não tendo falado no assunto no período de antes da ordem do dia, por esgotamento do tempo atribuído ao seu grupo municipal, a pergunta que dirigira à Sra. presidente da Câmara relacionava-se com as declarações que proferira na imprensa ao afirmar não compreender a não aprovação das contas pelos vereadores da oposição, face ao parecer favorável dos revisores e auditores externos, entendendo, quanto a este aspecto, que os auditores desempenhavam o seu papel, não sobreponível aos da CM e da AM, já que uns emitiriam pareceres de natureza técnica e os outros de natureza essencialmente política, lembrando que em qualquer empresa ou CM com prejuízos avultados poderiam coexistir pareceres sem qualquer reserva por parte do Revisor e uma apreciação negativa dos órgãos de carácter político e dos próprios eleitores.

A Sra. presidente da Câmara, no seguimento de algumas questões colocadas, referiu a intenção de manifestar a sua opinião sobre as técnicas de orçamentação, desvios ao orçamento inicial e questões políticas associadas aos orçamentos, enquanto documentos provisionais, entendendo-os importantes, não só para os órgãos autárquicos, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, como também para investidores e munícipes em geral, porque propiciadores da percepção das prioridades dos investimentos e das iniciativas camarárias, tornando-se fundamental melhorar não apenas a orçamentação mas também o acompanhamento mensal da execução do plano e do orçamento em curso.

Não sendo apologista do empolamento orçamental, apontou como razões para a diminuição da taxa de execução a necessidade de cabimentar as obras, como no caso das escolas da Ribeirinha e de Sta. Bárbara, cujos procedimentos lançados em Julho protelaram o seu início para 2010, e, ainda, por exemplo, a demoras de 6 meses na consulta a 3 empresas para um ajuste directo, não permitindo a sua execução no decurso do ano de 2009, posto o que solicitou aos Srs. deputados municipais que olhassem para os documentos referentes à execução de 2009, os juntassem aos que apresentavam execução até 21 de Abril de 2010 e constatassem os pagamentos efectuados referentes a obras iniciadas em 2009, dando como exemplo as das instalações destinadas ao Serviço Municipal de Protecção Civil, cujas obras, além de cabimentadas, haviam já sido pagas, apresentando zero de execução em 2009; as obras no edifício dos Paços do Concelho, praticamente concluídas e apenas parcialmente pagas, e as da escola de S. Mateus, já concluída, para as quais se previam inicialmente apenas 7 meses de duração.

Para além da rede de águas de S. Carlos, onde se processaram e pagaram cerca de 90 mil euros, da falésia do Porto Judeu com 61 mil e da reparação de habitações sociais com 83 mil euros, no tocante à rede viária, reconheceu que o Pacote 2 apresentava uma baixíssima execução financeira, apesar da boa execução física a 31 de Dezembro de 2009, encontrando-se já comprometidos 704 mil euros e processados e pagos 311 mil euros até 21 de Abril, situação idêntica à estrada de S. Carlos, em que se encontravam já processados e pagos 337 mil euros.

Apesar da sua insatisfação com um nível de execução de 50 a 60%, mostrou desejo de em 2010 atingir os 80%, mesmo que, para isso, entre Junho e Setembro, passados 6 meses da aprovação do orçamento, se tornasse necessário rever em baixa as previsões da CM, salientando o cumprimento pleno dos objectivos a que se propusera, conseguindo até resultados superiores aos inicialmente previstos, designadamente ao nível da Acção Social, onde se registaram passos estruturantes.

No tocante ao pagamento a fornecedores, com um prazo médio de 55 dias, a autarquia posicionava-se hoje como uma das melhores no *ranking*, reconhecendo que, apesar de tudo, se teriam de desenvolver melhoramentos nos SMAH e na Culturanga, assuntos a debater mais adiante, havendo que, relativamente à Câmara, face à conjuntura actual de crise, garantir uma gestão responsável, assumindo apenas compromissos pagáveis atempadamente.

Enaltecendo o empenho de todos os seus colaboradores no processo de elaboração dos documentos orçamentais, merecedor por inteiro de louvor, apesar da ocorrência de falhas impossíveis de eliminar na totalidade ao trabalhar-se um documento tão extenso envolvendo números, no sentido de melhorar a performance orçamental, informou que a autarquia requisitara uma técnica superior que trabalhara durante mais de 20 anos como directora do departamento financeiro da CM de Lisboa, a qual iniciaria funções em Julho, garantindo um acompanhamento como gestora dos processos incluídos nas Grandes Opções do Plano.

Quanto à capacidade de endividamento, muito bem apreciada pelo Sr. d.m. António Maio, considerou também estar-se muito bem a esse nível, existindo uma folga que permitia a candidatura de investimentos aos Fundos Comunitários, permitindo enveredar pelo caminho mais benéfico para o município e para os munícipes.

Aproveitando a presença no local destinado ao público do Revisor Oficial de Contas, que acompanhara todo o trabalho feito pelos técnicos da autarquia, agradeceu todo o empenho e colaboração, reconhecendo o seu trabalho como muito cirúrgico e completamente isento nas suas apreciações, o qual, por envolver uma componente técnica e não política

de apreciação, conferia, sem sombra de dúvida, uma garantia de fiabilidade ao documento apresentado aos Srs. deputados municipais.

Por fim, prometendo para 2010 uma melhor execução, à custa da melhoria de alguns aspectos, nomeadamente no acompanhamento dos projectos, por se verificar com frequência a existência de paragens por inércia do próprio sistema, lembrou que uma das propostas constantes da revisão ao orçamento seria uma auditoria interna aos recursos humanos e à componente administrativa da autarquia, com vista a olear a máquina, sobretudo ao nível dos procedimentos, apontando no sentido da admissão dos recursos humanos necessários, especialmente para dotação do departamento técnico.

O Sr. presidente da Mesa, dado o adiantado da hora, interrompeu os trabalhos para almoço, convocando os membros da Assembleia para regressassem, o mais tardar, às 14H10, para reinício dos trabalhos.

A Sra. d.m. Carla Bretão, no reinício dos trabalhos, ainda sobre a apreciação da prestação de contas do Ano 2009, reafirmou a posição negativa do seu grupo municipal, denunciando a tentativa de desvalorização da baixa taxa de execução orçamental e do aumento desmesurado dos compromissos por pagar, no tocante a dívidas da CM a terceiros, entendendo que o equilíbrio de que falava o Sr. d.m. António Maio não correspondia à realidade e que a CM imergia numa situação cada vez mais preocupante, porque cada vez se fazia menos e se devia mais.

Por fim, de acordo com o Relatório Oficial de Contas, caminhando a CM para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido na lei das finanças locais, reconheceu o interesse daquela medida e a importância da sua apresentação à Assembleia Municipal, independentemente dos Pareceres da Direcção Regional.

O Sr. d.m. Francisco Barros, constatando a recorrência de todos os anos, por ocasião da discussão e aprovação dos documentos de prestação de contas, se enveredar por um debate de natureza contabilística e económico-financeira de taxas de execução, sem dúvida interessante para os especialistas na matéria, lembrou que, independentemente da taxa de execução financeira se situar nos 55%, o importante seria perceber a taxa de execução material, por vezes não quantificável, tornando-se para tal necessária a comprovação da obra feita na prática, independentemente da sua execução financeira.

Não existindo em sua opinião empolamento artificial das receitas e das despesas, contrariamente ao procedimento habitual de grande parte das autarquias da região e até mesmo do país em período eleitoral, fez questão de salientar a adequação da execução camarária aos objectivos estratégicos de modernidade, inovação, educação, habitação, acção social e acessibilidades, definidos pela Sra. presidente da Câmara no seu discurso de tomada de posse em 11 de Junho de 2008, reflectidos nos documentos de prestação de contas e comprovativos da existência de uma aposta estratégica no desenvolvimento do concelho.

Por fim, rejeitando a ideia do empolamento artificial do orçamento, mas sim a existência de uma discrepância entre a execução material e a execução financeira, que sempre se verificaria, anunciou os compromissos assumidos e desenvolvidos pela câmara merecedores do voto favorável do seu grupo municipal.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, reiterando os comentários produzidos antes do almoço, anunciou que o seu grupo municipal não daria cobertura às justificações ou explicações apresentadas para as baixas taxas de execução financeira, as quais também não mereciam a sua concordância, nem um tão grande desfasamento com as taxas de execução material,

já que as dívidas aos fornecedores da conta corrente não excediam os 55 dias, tornando-se importante atentar no facto de que as empresas fornecedoras de imobilizado não dispunham em regra de capacidade financeira para esperarem muito tempo pela satisfação dos seus fornecimentos, não podendo, por isso, verificarem-se grandes desfasamentos entre ambas as execuções.

Por fim, mostrando concordância com o Sr. d.m. Francisco Barros, admitiu sempre expectáveis as discussões, enquanto persistissem grandes discrepâncias entre as taxas de execução e os orçamentos inicialmente propostos.

A Sra. presidente da Câmara, pedindo desculpa pela ausência momentânea da sala, alertada pelo Sr. vereador Cota Rodrigues de que a Sra. d.m. Carla Bretão colocara a questão da apresentação de contas consolidadas entre a CM e os SMAH, informou-a de que esse trabalho estaria a ser preparado pela equipa dos Revisores Oficiais de Contas e pelos serviços da CM e dos SMAH, esperando o seu início no mês de Setembro.

Terminadas as intervenções, postos à votação, **os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos a 2009, constantes do Ponto 1.2, foram aprovados por maioria** com 21 votos a favor (15 do PS, 5 do PSD e 1 do d.m. Independente), 1 abstenção do CDS-PP e 9 votos contra (7 do PSD, 2 do CDS-PP).

A Sra. d.m. Carla Bretão, em declaração de voto, deu conta que o grupo municipal do PSD apreciara negativamente a prestação de contas relativas a 2009, por impossibilidade de premiar um tipo de gestão que sistematicamente apresentava baixíssimas taxas de execução, não premiando assim a complicada situação financeira camarária, traduzida no aumento desmesurado da dívida a terceiros, situada já nos 4 milhões de euros, considerando tal situação pouco saudável e propiciadora de empurrar para a frente certos problemas financeiros.

O Sr. d.m. António Maio, também em declaração de voto, mostrou a sua discordância com a Sra. d.m. Carla Bretão, uma vez que a dívida invocada se cifrava em 1 milhão e duzentos mil euros e não como referido, traduzindo o valor anunciado pela Sra. d.m. a dívida executada e não paga, ou seja uma parte substancial do imobilizado executado no final do ano não atingira o prazo de pagamento, revelando-se por isso injusta a interpretação de que a dívida a fornecedores aumentara daquela forma.

O Sr. presidente da Mesa chamou a atenção dos Srs. deputados para o facto das declarações de voto não poderem constituir-se como réplicas às declarações dos adversários, como acontecido com o Sr. d.m. António Maio ao citar a Sra. d.m. Carla Bretão.

1.3 - Segunda revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, relativos a 2010, para aprovação, nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 269/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual apresenta os seguintes resultados:

Revisão ao Orçamento:

- **Receita - reforços:** 2 148 109,97 euros (dois milhões cento e quarenta e oito mil cento e nove euros e noventa e sete cêntimos)

- **Despesa - reforços:** 2 148 109,97 euros (dois milhões cento e quarenta e oito mil cento e nove euros e noventa e sete cêntimos)

Revisão às Grandes Opções do Plano:

- **Reforços:** 1 533 857,98 euros (um milhão quinhentos e trinta e três mil oitocentos e cinquenta e sete euros e noventa e oito cêntimos)

A Sra. presidente da Câmara justificou a apresentação da revisão ao orçamento em apreciação, em primeiro lugar, com a necessidade de inclusão de receita não prevista inicialmente, designadamente o aumento das transferências do Orçamento do Estado e os 5% de receitas de IRS relativas a 2009, não previstas em Dezembro, que podiam agora, de forma segura, ser incluídas na receita, após aprovação na Assembleia da República, para além do reforço da comparticipação do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e do saldo de gerência no valor de 452 mil euros.

No capítulo da despesa, de acordo com os objectivos traçados, caso se viessem a confirmar as transferências provenientes do OE das receitas relativas ao IRS e o reforço das transferências ordinárias, caberia o alargamento a todos os colaboradores dos aumentos respeitantes à Opção Gestionária, para além de um conjunto de alterações de menor dimensão mas com grande significado, designadamente ao nível da auditoria referida durante a manhã e outras rubricas respeitantes a mobiliário urbano, electrificação dos espaços públicos e reforço do apoio aos clubes desportivos, nos termos do acordado em reunião de câmara, sem esquecer a atribuição de €43.720 (quarenta e três mil setecentos e vinte euros) destinados à aquisição de material para uso interno, da rede *wireless* para o Centro Histórico e a um reforço das verbas para reparação e beneficiação da Habitação Social e ainda à aquisição de um terreno no Pico da Urze.

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a segunda revisão ao Orçamento e às GOP constante do ponto 1.3 foi aprovada por unanimidade.**

1.4 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Câmara Municipal referentes ao ano de 2009, cujo total é de € 202 830 621,91 (duzentos e dois milhões oitocentos e trinta mil seiscentos e vinte e um euros e noventa e um cêntimos), para apreciação, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Para apreciação.

O Sr. presidente da Mesa, constatando a ausência de inscrições, **considerou o Inventário constante do Ponto 1.4 apreciado**

1.5 – Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal, tendo em vista novos recrutamentos, bem como proceder a alguns acertos em matéria de recursos humanos, para aprovação, nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Sra. presidente da Câmara fixou como um dos grandes objectivos da alteração proposta a possibilidade de requisição de um técnico superior na área da economia, na figura de mobilidade interna, com vista à prossecução de um conjunto de actividades, nomeadamente o acompanhamento da execução das Grandes Opções do Plano e do

Regulamento de Apoio Municipal de Actividades de Interesse Municipal, face à sobrecarga actual dos técnicos com tais competências a seu cargo, permitindo também o regresso de um técnico superior na área da medicina veterinária, até agora em regime de requisição pelo Governo Regional.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, constatando que no orçamento recentemente aprovado as maiores componentes da despesa se referiam a despesas com pessoal e com capital, mostrou-se, ele e o seu grupo municipal, preocupado com as despesas da CM, verificando ocorrerem alterações ao quadro de pessoal sempre que se reunia a Assembleia Municipal.

Levantou dúvidas pontuais quanto à necessidade de contratação de alguns funcionários, já que contrária às directrizes nacionais para redução de pessoal, por inexistência de novas valências nos serviços camarários, lembrando que Angra do Heroísmo passaria a ser a única autarquia dos Açores a dispor de 2 médicos veterinários municipais.

Reconhecendo a sua importância nas questões da saúde pública e bem-estar animal, congratulou-se com a opção tomada, desde que bem aproveitados no exercício da sua profissão em prol da autarquia.

Sobre a chegada de uma técnica vinda da CM de Lisboa para acompanhamento da execução das Grandes Opções do Plano, mostrou alguma preocupação porque, vindo uma técnica super habilitada, significaria que o trabalho estaria a ser mal feito, para além da condenação que merecia a recusa da contratação de técnicos locais, facilmente recrutáveis na função pública ou na iniciativa privada, auferindo, para mais, a referida técnica de um vencimento equiparável ao da Sra. presidente, desejando saber, sobre aquele aspecto, se o montante correspondia ao divulgado na comunicação social e se a ele acresciam ajudas de custo, apartamento, viagens, etc., tudo isto sem esquecer as conhecidas dificuldades financeiras por que, ao longo dos últimos mandatos, se presumia passar a Câmara de Lisboa, a acreditar nas notícias veiculadas pela comunicação social.

O Sr. presidente da Mesa em tom de graça registou que, pela intervenção do Sr. d.m. Luís Rendeiro, ficara com a convicção de que Angra do Heroísmo seria o primeiro concelho a abrir as portas à ASAE, já que passaria a ter dois veterinários para melhor fiscalizarem a nossa restauração.

A Sra. presidente da Câmara, plenamente confiante no meritório trabalho desenvolvido pelos técnicos da Divisão Financeira da autarquia, com a referida contratação apenas pretendia a introdução de um reforço, aliviando a carga de trabalho desenvolvido naquele departamento, correspondendo o respectivo vencimento ao de um técnico superior com mais de vinte anos de carreira na função pública, não podendo a autarquia, apesar da valorização atribuída aos técnicos mais novos, deixar de aproveitar a experiência e os conhecimentos de uma angrense que por opção regressara à sua terra.

Quanto às alegadas derrapagens nos custos com pessoal, servindo o município angrense de exemplo para a região e para o país, podia verificar-se no documento acabado de aprovar que, na evolução de custos de 2008 para 2009, a maioria do aumento registado, cerca de 3%, respeitava a custos determinados pelas negociações entre o Estado e os Sindicatos.

Identificando-se, numa rápida análise ao quadro de recursos humanos, algumas fragilidades no tocante a técnicos superiores, designadamente no tocante à engenharia civil, arquitectura, dirigismo de pessoal e outros, que muito naturalmente viriam a ser identificados pela anunciada auditoria, apesar da já concretizada admissão de novos recursos ao nível da informática, constatara-se a sua insuficiência, tornando-se necessário melhorar ainda mais o desempenho nessa área.

Para finalizar, quanto ao facto da técnica superior contratada passar a auferir tanto quanto ela própria, mostrou não se sentir fragilizada com aquela circunstância nem se preocupar minimamente, estranhando o comentário, por não constituir para ninguém qualquer novidade que alguns dirigentes auferiam vencimentos superiores ao de alguns vereadores, no estrito cumprimento do definido pela lei e de acordo com as funções desempenhadas.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, esclarecendo que não se referira a derrapagens nos custos com pessoal mas sim ao seu peso financeiro, e que a CM, abrindo as portas ao regresso de uma técnica qualificada, criara um precedente, admitindo que, pela mesma lógica, cada vez que um angrense técnico qualificado no topo da carreira quisesse regressar à sua terra, a CM recebê-lo-ia nos seus quadros, com o peso remuneratório daí resultante, aconselhando pelo contrário a uma cuidada ponderação, dados os constrangimentos financeiros levantados pela autarquia.

Terminadas as intervenções, posta à votação, **a proposta de alteração ao mapa de pessoal constante do ponto 1.5 foi aprovada por maioria**, com 22 votos a favor (16 do PS, 5 do PSD, 1 do d.m. Independente) e 9 abstenções (6 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.6 – Minorização da taxa de IMI nas Freguesias da Serreta, Altares, Raminho e Doze Ribeiras, no valor máximo de 30%, para aprovação, nos termos do artigo 112.º, n.º 6 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

1.7 – Minorização da taxa de IMI na Zona Classificada de Angra do Heroísmo, no valor máximo de 30%, para aprovação, nos termos do artigo 112.º, n.º 6 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

A **Sra. presidente da Câmara** identificou as propostas com o propósito de contribuir para minimizar a tendência de saída das pessoas em algumas freguesias do concelho, contrariando o envelhecimento da população e algum declínio demográfico, esperando que a iniciativa, juntamente com outras a apresentar brevemente, potenciase também a fixação de pessoas no centro histórico de Angra, promovendo a reabilitação de imóveis na referida zona da cidade.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, que em nome do seu grupo municipal considerou a medida interessante do ponto de vista fiscal, entendendo a freguesia dos Altares num patamar de desenvolvimento diferente do da Serreta, Raminho ou Doze Ribeiras devido à sua acessibilidade, anunciou a intenção de votar favoravelmente e recordou que o seu grupo municipal propusera já em várias campanhas eleitorais o melhoramento das acessibilidades rodoviárias àquela zona da ilha.

Considerando igualmente justa a redução do IMI na zona classificada de Angra do Heroísmo, já que a seu ver, apesar dos apoios existentes, as obras de requalificação e manutenção seriam mais dispendiosas do que noutras zonas da cidade, mostrou-se satisfeito por a preocupação agora demonstrada pela autarquia vir ao encontro das propostas de redução e isenção da então contribuição autárquica apresentadas desde há vários anos pelo grupo municipal do CDS/PP, pelo que não poderia ser outro, que não favorável, o sentido de voto do seu grupo.

O Sr. d.m. Jorge Belerique, em nome do grupo municipal do PSD, recordou que a medida agora preconizada integrara o programa eleitoral autárquico do seu partido para

os 4 anos vigentes e considerou-a justa porque, assim, se evitaria a desertificação e se contribuía para uma maior fixação de pessoas nas freguesias limítrofes do concelho, entendendo que outras, igualmente ao alcance da Câmara, deveriam ser postas em prática, com vista ao desenvolvimento harmonioso do concelho.

Postas à votação uma por uma, **as propostas de minorização das taxas do IMI constantes dos pontos 1.6 e 1.7 foram aprovadas por unanimidade.**

1.8 - Documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados, para apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, referentes ao exercício de 2009, apresentando os seguintes resultados:

Demonstração dos Resultados do Exercício:

- **Custos e Perdas:** 8 128 895,46 euros (oito milhões cento e vinte e oito mil oitocentos e noventa e cinco euros e quarenta e seis cêntimos)
- **Proveitos e Ganhos:** 8 044 361,79 euros (oito milhões quarenta e quatro mil trezentos e sessenta e um euros e setenta e nove cêntimos)
- **Resultado Líquido do Exercício:** (- 84 533,67 euros) (oitenta e quatro mil quinhentos e trinta e três euros e sessenta e sete cêntimos)

Fluxos Financeiros:

- **Saldo Inicial:** 99 013,56 euros (noventa e nove mil treze euros e cinquenta e seis cêntimos)
- **Receitas Arrecadadas:** 6 744 831,87 euros (seis milhões setecentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e um euros e oitenta e sete cêntimos)
- **Despesas Efectuadas:** 6 635 454,04 euros (seis milhões seiscentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e quatro cêntimos)
- **Saldo Final:** 208 391,39 euros (duzentos e oito mil trezentos e noventa e um mil e trinta e nove cêntimos)

No Relatório de Gestão, o Conselho de Administração analisa os factos mais relevantes dos diferentes sectores de actividade em que actuou e propõe, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que o resultado líquido do exercício de 2009, no valor de 84 533.67 euros (oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três euros e sessenta e sete cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

A Sra. presidente da Câmara, apontando como os grandes objectivos dos SMAH para 2009 o abastecimento de água a toda a população em quantidade e qualidade e a consolidação das infra-estruturas de tratamento de águas residuais, com vista à melhoria da qualidade do ar, destacou como investimentos naquela área a execução de 4 novos furos de captação, a substituição das bombas dos existentes, o início dos trabalhos de substituição das condutas e da repavimentação da estrada do Pico da Urze / Folhadais e ainda o início do pacote de estradas com intervenções previstas nas freguesias da

Ribeirinha, S. Bartolomeu, Terra Chã e S. Pedro, garantindo melhorias significativas no abastecimento, evitando assim perdas de água por falhas no sistema.

Reconhecendo a baixa taxa de execução do Plano de Investimentos, sobretudo motivado por não se ter iniciado a 8ª célula do Aterro Municipal, pelas razões já mencionadas durante a manhã, e, também, pela interrupção da obra na Canada dos Folhadais / Pico da Urze, por impossibilidade de decorrer em simultâneo com a intervenção no Caminho do Meio de S. Carlos, justificou o agravamento das dívidas a terceiros com os atrasos verificados no processo de elaboração das candidaturas ao Programa Pro-Convergência e a dilação no tempo entre a entrega das candidaturas e a recepção das verbas correspondentes, apesar de até àquela data ter já sido possível a redução das ditas dívidas em meio milhão de euros.

A Sra. d.m. Carla Bretão, constatando a antecipação da Sra. presidente da Câmara no anúncio de algumas situações que em nome do grupo municipal do PSD tencionava apresentar sobre a prestação de contas dos SMAH, salientou o contexto de carência no sistema de distribuição de água do concelho vivido por ocasião da definição das linhas estratégicas a adoptar para 2009, assumindo-se a intenção de muitos investimentos que na prática acabaram por não se realizar, penalizando muitos deles com taxas de execução zero.

Verificando ao nível das Receitas que a CM apenas transferira 10% do valor a que se propusera, questionou se não teria sido importante concretizar algumas dessas transferências, como forma de não penalizar demasiado os fornecedores.

Por fim, constatando que a Sra. Presidente antecipara já a falha da gestão do ano de 2009, face aos compromissos por pagar no final do ano e ao aumento das dívidas a terceiros, o seu grupo municipal, não concordando com aquele tipo de gestão, faria uma apreciação negativa das Contas em análise.

A Sra. presidente da Câmara, em relação às transferências de verbas da Câmara para os SMAH, especificou que os montantes correspondiam não só aos 15% do valor global dos projectos candidatados, obtidos através da contratualização de empréstimos junto da banca e devidamente autorizados pela Assembleia, como também aos restantes 75% provenientes dos fundos Comunitários, já que as candidaturas, em nome da Câmara, constituíam responsabilidade dos SMAH para efeitos de organização. Assim, verificando-se um atraso nas candidaturas e não recebendo a autarquia a verba respectiva, não poderia esta, por sua vez, efectuar o pagamento correspondente aos SMAH. Quanto aos 15% da competência da autarquia, apesar de devidamente contratualizados, seriam pagos à medida da execução dos investimentos e não de forma antecipada.

Relativamente à baixa execução do investimento na área da água, apesar de fisicamente executados os furos, tal não sucedera ainda financeiramente, podendo constatar-se no relatório da actividade municipal dos últimos três meses um pagamento de 115.390.80 (cento e quinze mil trezentos e noventa euros e oitenta cêntimos), demonstrativo do processamento do pagamento relativo à execução de trabalhos do final do ano anterior.

Lembrando a partilha de responsabilidades nesta área com o governo regional, competindo à autarquia a realização dos quatro furos, a substituição das bombas, a aquisição de caudalímetros e a implementação do sistema de telegestão, obras cuja execução significavam a concretização dos objectivos traçados para 2009, para além da substituição de redes já existentes, foram também concretizados pela autarquia outros investimentos alternativos, não previstos inicialmente.

Por fim, como constava aliás da declaração de voto na reunião de Câmara, manifestou grande satisfação por, no aspecto do abastecimento de água, ver acauteladas possíveis situações futuras de redução da pluviosidade, ou outras também causadoras de constrangimentos, lembrando que alguns furos seriam colocados em funcionamento durante o corrente ano, já que decorria o processo de aquisição de bombas para o furo de S. Mateus que, por apresentar boa qualidade, forneceria água à zona da ilha onde se verificavam maiores fragilidades.

O Sr. d.m. António Maio considerou tratar-se de um relatório muito bem elaborado e com muita informação disponível relativamente aos projectos em perspectiva e aos já executados, ressaltando as auditorias e inspecções feitas aos SMAH durante o ano, das quais destacou a realizada pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, que concluíra pelo cumprimento da obrigação das Remessas Nacionais, e que tudo se encontrava conforme previsto na lei.

Congratulando-se com a certificação legal das contas, conforme ele próprio também recomendara, apesar da não obrigatoriedade daquele procedimento, mencionou o facto de não ser possível estabelecer comparação com o ano anterior, razão pela qual, na abertura de saldos em 1 de Janeiro de 2009, os auditores externos não puderam certificar aqueles valores de saldo.

Destacou ainda a transparência total da lista de fornecedores e o cumprimento da execução do Orçamento da Despesa Corrente em 92.5%, felicitando também os técnicos dos Serviços e a sua administração pela forma como, no mapa da página 31, espelharam o grau de execução relativamente ao cabimentado, ao comprometido e ao processado.

Após algumas explicações técnicas relativas a despesas correntes, despesas de capital, despesa comprometida e despesa processada, ainda sobre o mapa da página 31, idêntico destaque mereceriam as grandes obras postas a concurso, nomeadamente o sistema de telegestão e a remodelação de águas do Pico da Urze referidas pela Sra. presidente da Câmara, onde, por vezes, após o início da obra, se verificavam compassos de espera e demoras devido a algumas remodelações.

Por fim, chamando a atenção para um resultado líquido negativo de 84 mil euros, deixou uma recomendação final relativa à consolidação de contas, já perspectivada pela Sra. presidente da Câmara, defendendo um maior contributo de todos com vista a um melhor planeamento dos projectos, para que, de futuro, se obtivessem orçamentos mais realistas e taxas de execução acima dos 80%.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, reiterando o conteúdo das suas intervenções anteriores, anunciou que o seu grupo municipal não aprovaria os documentos em apreciação.

O Sr. vereador Cota Rodrigues, perseguindo em 2009 os objectivos em que assentavam as grandes linhas estratégicas fixadas para 2008, consubstanciadas na garantia quantitativa e qualitativa do abastecimento de água às populações do concelho, considerou que o número de furos realizados e a quantidade e qualidade da água deles resultantes permitiam concluir a sua plena concretização.

No tocante à consolidação das infra-estruturas para o tratamento de águas residuais, lembrou os sucessivos remendos a que a ETAR fora sujeita ao longo dos últimos anos para suprir carências e deficiências técnicas, resultando em seiscentos mil euros de indemnizações a atribuir aos moradores nas áreas circundantes, valor a pagar pelos municípios, encontrando-se o equipamento instalado ainda em testes e os técnicos a trabalhar no sentido de melhorar a qualidade do ar.

Relativamente aos resíduos sólidos, tendo-se vindo a trabalhar com algum afinco nos últimos tempos, os resultados estavam à vista, recordando que o inquérito realizado recentemente pela revista Pro-Teste em vários municípios do país, situava os angrenses em 6º lugar quanto ao grau de satisfação relativo à recolha de resíduos proporcionada pelos SMAH.

Terminou a sua intervenção, concluindo que, apesar de alguns problemas ocorridos com as taxas de execução, o ano de 2009 fechara com todos os objectivos cumpridos por inteiro.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, em relação à melhoria da qualidade da água, por observável através de exames, aceitava os resultados, mas, mediante o relatório, diminuindo em 2009 (159 l/pessoa) o consumo de água em relação a 2008 (160 l/pessoa), ano em que se verificara falta de água, tal significaria uma de duas coisas, ou o serviço não fora repostado ou os consumidores não confiavam na qualidade da água, não considerando plausível a primeira hipótese por, em teoria, existir mais água disponível.

Concordando com a concretização dos objectivos no ponto de vista qualitativo, as baixas taxas de execução verificadas não alterariam o sentido da sua votação, apesar do esforço explicativo do Sr. vereador Cota Rodrigues.

O Sr. vereador Cota Rodrigues, não sendo intenção dos Serviços levar as pessoas a consumirem mais água, antes pelo contrário, lembrou que as campanhas levadas a efeito nas escolas e junto das várias instituições apontavam declaradamente no sentido da poupança, à semelhança aliás do que se passava em todo o mundo civilizado, garantindo nos reservatórios água disponível para qualquer emergência, importando que os consumidores tomassem consciência do valor daquele recurso, tanto mais quanto, vivendo-se numa ilha com fronteiras bem delimitadas, maior teria que ser a poupança.

O Sr. d.m. José Cipriano Martins, em jeito de comentário à intervenção do Sr. d.m. Nuno Melo Alves, sobre a diminuição do consumo de água em 2009, comparativamente a 2008 que se revelara um ano de seca, referiu que, se aquele d.m. conhecesse a lavoura, saberia que um ano de seca correspondia a uma maior exigência de água para tratamento dos animais, implicando por isso um aumento do consumo.

Postos à votação, **os documentos de prestação de contas dos SMAH constantes do ponto 1.8 foram aprovados por maioria**, com 24 votos a favor (20 do PS, 3 do PSD, 1 do d.m. Independente), 1 abstenção do CDS-PP e 8 votos contra (6 do PSD, 2 do CDS-PP).

A Sra. d.m. Clara Bretão, em jeito de declaração de voto, informou que o grupo municipal do PSD apreciara negativamente as contas dos Serviços, por não poder premiar a gestão relativa a 2009, já que as metas propostas não foram cumpridas, ao contrário do que fora dito, considerando urgente a realização dos investimentos propostos desde Agosto de 2008.

1.9 - Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2010, para aprovação, nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 269/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo por finalidade o reforço da verba inscrita no projecto relativo à instalação dos equipamentos electromecânicos de apoio a furos, no valor de € 200 000,00 (duzentos mil euros).

A Sra. presidente da Câmara informou tratar-se apenas da inscrição de uma verba de duzentos e onze mil euros destinada à aquisição e instalação de equipamentos electromagnéticos e de apoio aos furos de captação de água, adiantando que se acautelaria a sua previsão para 2011, caso, por qualquer motivo, não se viesse a executar a obra durante o corrente ano.

Não se verificando quaisquer intervenções, a **Proposta de Revisão constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.**

1.10 – Primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, datada de 5 de Abril de 2010, para aprovação, nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual visa a criação de um posto de trabalho de encarregado operacional da carreira de assistente operacional, a afectar à Divisão de Tratamento e Controlo da Qualidade daqueles Serviços.

A Sra. presidente da Câmara informou que o técnico em causa já se encontrava em funções e que a proposta de alteração apresentada visava oficializar a sua contratação.

Não se registando quaisquer intervenções, posta à votação, a **proposta de alteração constante do ponto 1.10 foi aprovada por maioria**, com 29 votos a favor (19 do PS, 9 do PSD, 1 do d.m. Independente) e 3 abstenções do CDS-PP.

1.11 - Primeira alteração ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2010 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para conhecimento.

O Sr. presidente da Mesa, não se registando qualquer intenção de intervenção, considerou ser do conhecimento da Assembleia a **alteração constante do Ponto 1.11.**

1.12 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de Corrupção e Infracções Conexas, da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para conhecimento, nos termos da alínea c), n.º 1, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

1.13 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de Corrupção e Infracções Conexas, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para conhecimento, nos termos da alínea c), n.º 1, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Sra. presidente da Câmara, tratando-se de dois documentos importantes e de natureza idêntica, resultantes de um trabalho exaustivo das equipas de técnicos dos SMAH e da CM, apresentados para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos do que fora decidido pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, considerou-os bastante ricos, destacando, entre as várias propostas neles contidas, a elaboração de um código de

conduta e de um relatório anual sobre a execução do Plano. Nesse sentido, a autarquia criara já uma equipa de trabalho constituída por 3 elementos: 1 da área jurídica, 1 da área de pessoal e um outro da área do apoio ao empreendedorismo, com vista ao acompanhamento da execução do referido Plano e à apresentação de relatórios durante o mês de Outubro.

O Sr. presidente da Mesa, não se registando a intenção de intervenção por parte dos membros da Assembleia, **considerou os Planos constantes dos pontos 1.12 e 1.13 como sendo do conhecimento da Assembleia.**

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Recomendação, datada de 30 de Abril de 2010, no sentido da Câmara Municipal aderir à rede de cidades com presença Judaica.

Não havendo intervenções, posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.**

2.2 – Proposta datada de 30 de Abril de 2010, no sentido de ser atribuída a Medalha de Mérito Municipal a Fernanda Correia Garcia Trindade.

Posta à votação por escrutínio secreto, **a Proposta constante do Ponto 2.2 foi aprovada por maioria** com 17 votos a favor, 7 abstenções e 11 votos contra.

2.3 – Proposta datada de 30 de Abril de 2010, no sentido de ser atribuída a Medalha de Mérito Municipal a Emílio Martins Ribeiro.

Posta à votação por escrutínio secreto, **a Proposta constante do Ponto 2.3 foi aprovada por maioria** com 21 votos a favor, 3 abstenções e 10 votos contra.

2.4 – Voto de Pesar pelo falecimento de Raul Marino Alves Pamplona dos Reis.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves anunciou a adesão do seu grupo municipal a ambos os Votos de Pesar apresentados pelos grupos municipais do PS e do PSD, votando-os favoravelmente.

Posto à votação, **o Voto de Pesar constante do Ponto 2.4 foi aprovado por unanimidade.**

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA DEMOCRATA

3.1 – Recomendação à Câmara Municipal datada de 22 de Fevereiro último, no sentido de serem disponibilizadas à Assembleia Municipal todas as despesas que deram origem ao contrato programa com a Associação Cultural Angrense, no valor de 1 589 143,93 euros, bem como todos os documentos justificativos de suporte da dívida objecto do contrato celebrado.

O Sr. d.m. **Francisco Barros**, invocando uma conferência de imprensa dada pelos vereadores do PSD sobre o assunto em apreço, onde se colocara em causa a legalidade do acordo entre a CM e a Associação Cultural Angrense (ACA), lembrou que, por iniciativa do PSD, fora apresentada queixa no Tribunal Administrativo de Ponta Delgada relativamente ao assunto em questão. Assim, pelo facto de o processo correr seus trâmites nos locais próprios, declarou que o seu grupo municipal não discutiria o ponto 3.1, votando contra.

O Sr. d.m. **Nuno Melo Alves**, pensando tratar-se da mesma proposta que o grupo municipal do PSD tentara incluir na Ordem do Dia da anterior sessão da AM, a qual merecera o seu voto desfavorável, por na altura a Sra. presidente da Câmara se ter comprometido a apresentar todos os elementos à AM, o que, por apenas o ter feito ao vereador do CDS-PP, configurava uma falta ao compromisso por si assumido perante a Assembleia, salvaguardado qualquer impedimento legal motivado pelo segredo de justiça.

A Sra. d.m. **Carla Bretão** lembrou que a Recomendação se referia à disponibilização das despesas que deram origem ao contrato programa com a Associação Cultural Angrense, não se pronunciando sobre a sua legalidade. Tudo o resto seriam formas de tentar desviar a discussão daquele assunto.

O Sr. d.m. **Guilherme Melo** questionou a razão pela qual não haviam sido dirigidas propostas a outros bancos para pagamento do valor em causa e o motivo da dilação até 2019 do pagamento da dívida referente a dois anos, recordando que durante a reunião se falara de dois aspectos muito caras à democracia, como sejam a transparência e o rigor, e que os angrenses reservavam o direito de saber se tais valores se reportavam exclusivamente a despesas com as Sanjoaninas e se equivaliam apenas a dois anos.

Citando o ditado popular de que “quem não deve não teme”, já que a CM defendia a transparência e o rigor, teria a obrigação legal e moral de dar a conhecer que despesas obrigaram ao referido empréstimo, alegadamente contraído para pagar dívidas das Sanjoaninas, já que, com juros, o montante ascendia a quase dois milhões de euros.

O Sr. d.m. **José Borges**, parecendo-lhe que o Sr. vereador Francisco Cota Rodrigues possuía horror à transparência das coisas, perguntou se, além de todos pagarem a ETAR, não iria suceder o mesmo com as dívidas da ACA.

Declarando que esconder as coisas não era a sua maneira de ser, considerou que a transparência começava no acto da tomada de posse, recordando o compromisso assumido na altura pela Sra. presidente de que apresentaria as contas. Quanto à queixa apresentada em tribunal, teria a ver com a legalidade do empréstimo.

Posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.1 foi ejeitada**, com 20 votos contra (19 do PS, 1 do Deputado Municipal Independente) e 14 votos a favor (11 do PSD, 3 do CDS-PP).

A Sra. d.m. Carla Bretão, em jeito de declaração de voto, acusando o grupo municipal do PS de se refugiar em falsas questões para não discutir o essencial - o direito da Assembleia e de todos os angrenses saberem quais as despesas que originaram os valores em dívida presentes no protocolo -, constituindo obrigação da Sra. presidente da Câmara facultar aqueles dados, em prol da transparência e rigor que tanto defendia, desconfiando que, com todo o mistério, silêncio e falta de vontade em discutir o assunto, algo de errado se passaria.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, que apesar da não aprovação da Recomendação mantinha a esperança de que a Sra. presidente da Câmara cumprisse com a palavra dada e apresentasse os referidos documentos, referiu que o seu grupo municipal votara favoravelmente, já que, por diversas vezes, fora solicitada a apresentação dos documentos em causa, havendo todo o interesse em assumir-se o compromisso financeiro, mas sabendo-se o que de facto se estaria a pagar.

O Sr. d.m. António Maio, não podendo deixar ficar no ar qualquer insinuação de menor transparência relativa a todo o processo, lembrando encontrar-se ligado à instituição de crédito envolvida no financiamento, referiu que todos os documentos solicitados à referida instituição respeitantes às contas em causa haviam sido fornecidos, o que, provocando alguma reacção de discordância da parte dos grupos municipais do PSD e CDS-PP, o levou a perguntar se seria intenção dos Srs. deputados da oposição que o nome das pessoas envolvidas no processo viesse a público, acusando-os de, ao levantarem a questão, fazê-lo como arma de arremesso político.

Finalizando, escusou-se a falar de quem não se encontrava presente e que o PSD, sobre o assunto em causa, devia calar-se para sempre.

3.2 – Voto de Congratulação à Tertúlia Tauromáquica Terceirense, pela sua actividade cultural a nível internacional.

Não havendo intervenções, posto à votação, **o voto de Congratulação constante do Ponto 3.2 foi aprovado por unanimidade.**

3.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de Raul Marino Alves Pamplona dos Reis.

Não se registando pedidos de intervenção, posto à votação, **o Voto de Pesar constante do Ponto 3.3 foi aprovado por unanimidade.**

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 – Recomendação datada de 30 de Abril de 2010, no sentido da Câmara Municipal manter devidamente actualizado o documento sobre o ponto de situação das recomendações aprovadas nas sessões da Assembleia Municipal.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves congratulou-se em saber que as propostas do seu grupo municipal faziam efeito mesmo antes de serem aprovadas já que, graças à paciente leitura do expediente por parte do Sr. presidente da Mesa durante a manhã, se tomara

conhecimento do ponto de situação relativamente a algumas questões que considerava desactualizadas, acreditando plenamente na boa vontade da CM em fazer cumprir as Recomendações e Propostas apresentadas à AM. No entanto, face aos atrasos registados no andamento de algumas dessas propostas e à falta de informação no passado, entendia continuar adequada e justa a Recomendação em apreciação, com vista a que, de futuro, tudo se processasse a um melhor ritmo.

O Sr. d.m. Francisco Barros, identificando a proposta apresentada como a materialização da intervenção do Sr. deputado Nuno Melo Alves na última reunião da AM quando dissera: *“Nós entendemos apresentar isto e vamos apresentar mais coisas que foram aprovadas no passado mas que não obtiveram conclusões, em sessões futuras faremos uma análise do que está em curso para que o assunto não seja discutido outra vez”*, entendeu-a como a forma de reiterar desnecessariamente uma Recomendação cujo conteúdo já se encontrava em execução, servindo apenas para o CDS/PP servir um prato requeitado, em lugar de apresentar Propostas ou Recomendações inovadoras

Lembrando que o ponto da situação das Recomendações remontava a Fevereiro de 2006 e que, das 66 aprovadas desde essa data até à última sessão da AM 42, equivalentes a 64%, se encontravam resolvidas, considerou que se continuava a discutir mais do mesmo, pelo que o documento não mereceria o voto favorável do seu grupo municipal.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves verificando que algumas das suas propostas surtiam efeito a partir do momento em que eram apresentadas na Conferência de Líderes e outras ainda teriam mesmo sido resolvidas no intervalo de tempo compreendido entre as duas sessões da AM, apesar do entendimento contrário do Partido Socialista, o CDS-PP considerava a Recomendação válida e mantê-la-ia para que as coisas não caíssem no esquecimento.

O Sr. d.m. Francisco Barros, em jeito de comentário à intervenção do Sr. d.m. Nuno Melo Alves, sobre o facto de alegadamente algumas das questões atrás referidas terem sido resolvidas em consequência da Recomendação apresentada, recordou o velho ditado: *“o galo pensa que o sol nasce, porque ele canta”*.

Posta à votação, **a Recomendação constante do ponto 4.1 foi rejeitada**, com 19 votos contra (18 do PS, 1 do d.m. Independente) e 13 votos a favor (10 do PSD, 3 do CDS-PP).

4.2 – Voto de Protesto, no sentido da Assembleia Municipal manifestar o seu repúdio pelas declarações proferidas pela Sra. Presidente da Comissão das festas Sanjoaninas 2010, nas quais acusou a vereação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de falta de bom senso, bem como de prejudicar e de enxovalhar as citadas festas.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, em presença de outra situação idêntica à da Recomendação anterior, em que a apresentação pelo seu partido do assunto em apreciação na Conferência de Líderes provocara, um ou dois dias depois, uma tentativa de recuo e aproximação da Sra. presidente das Sanjoaninas, ao rever-se nas declarações públicas do vereador do CDS/PP proferidas aos microfones da Antena 1/Açores, com explicações posteriores em reunião de Câmara de que não usara certas expressões publicadas na imprensa, não assumindo os esclarecimentos de forma mais alargada porque não o quisera, desejou-lhe as maiores felicidades na concretização das festas, esperando que se revelassem tão boas ou melhores que as do ano anterior.

Constatando com agrado a introdução de algumas inovações, não quis deixar passar em claro o inconveniente de um ataque desta natureza ao seu partido, acusando-o de prejudicar as festas, numa altura em que se discutiam propostas relativas a dúvidas de financiamentos e falta de transparência.

Salientou ainda que a transparência e a dissipação de dúvidas de que falara o Sr. d.m. António Maio se processavam com a apresentação de números e não mencionando nomes. Nesse sentido, lembrou que o CDS encetara várias medidas junto da CM e da AM conducentes à transparência das contas e da divulgação do orçamento para 2010, o que, estando em prática, merecera elogio do vereador do seu partido na CM.

Por fim, declarou não aceitar nem deixar passar em branco ataques desferidos a organizações, partidos e órgãos como a Câmara e a Assembleia Municipal que defendiam os interesses do concelho e das próprias festas, sendo depois acusados do contrário, entendendo que as declarações da Sra. presidente das Sanjoaninas enxovalhavam os referidos órgãos e não as festas.

O Sr. d.m. Jorge Belerique anunciou o voto favorável do seu grupo municipal, entendendo que a Sra. presidente das Sanjoaninas, enquanto cidadã e munícipe, tinha todo o direito e legitimidade para se pronunciar sobre o que entendesse, mas, enquanto presidente das festas, deveria abster-se de opinar sobre o desempenho político de quem fora legitimamente eleito para tal, não devendo constituir-se em interlocutor político, mas sim preocupar-se com as festas de que era responsável, desejando-lhe boa sorte e boas taxas de execução, ao contrário das verificadas na gestão camarária, terminando com a verificação do despertar para a política da Sra. presidente das festas, que seria bem-vinda e que, se gostasse de protagonismo, certamente o teria depois das Sanjoaninas, não sendo nesse capítulo caso inédito.

O Sr. d.m. Francisco Barros, entendendo um sentido crítico na intervenção do Sr. d.m. Jorge Belerique de que alguém não eleito ousara manifestar uma opinião discordante de alguém legitimamente eleito, apesar de se tratar de uma notícia publicada no dia 1 de Abril, dia de petas, lembrou as declarações de disponibilidade demonstrada pela Sra. presidente das festas na prestação de contas, por se tratar de dinheiros públicos e as pessoas se reservarem ao direito de saber a forma de os gastar, citando textualmente, na lógica do referido raciocínio reprovável, um artigo de opinião publicado no Diário Insular no dia 7 em que alguém, legitimamente eleito, dissera que “*o que enxovalha o nome das festas é toda aquela trupe que anda há anos nas comissões, mesmo apesar de ser sempre muito cansativo*”, recomendou uma consulta ao dicionário para indagar o significado da palavra trupe.

Achando preocupante a atitude inquisitória e persecutória sobre quem ousava prestar declarações ou pensar de forma diferente e prezar demais a sua liberdade individual para poder pactuar, votar ou apoiar qualquer voto de protesto, independentemente de concordar com o seu conteúdo, ou, por outro lado, achar que a Sra. presidente das Sanjoaninas dissera um perfeito disparate, considerou que o disparate também podia ser dito, não aceitando Votos de Protesto por declarações, fossem elas produzidas em comentários ou em jeito de resposta a outras tão ou mais incorrectas, independentemente de se tratar de uma pessoa eleita, nomeada, ou fosse qual fosse o seu estatuto.

Não admitindo um regime de castas onde os eleitos pudessem dizer tudo o que lhes apetece e os não eleitos se remeteriam ao silêncio, salientou que o Voto de Protesto em apreço, a ser sancionado, abriria um precedente muito grave para a criação futura de uma maioria censória, pelo que ninguém poderia contar com ele para esse tipo de votos e comportamentos.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves mostrou-se muito satisfeito com a resposta obtida do Sr. d.m. Francisco Barros, já que há doze ou treze anos atrás tal não sucedera quando aprovara um Voto de Protesto apresentado pelo Partido Socialista, referente a declarações do Sr. deputado Alvarino Pinheiro proferidas na ALR, manifestando na altura, com a aprovação desse voto, a prática censória agora criticada, denotando-se com o tempo um amadurecimento da sua opinião.

Não pretendendo o seu grupo municipal censurar ninguém nem exigir quaisquer pedidos de desculpas, questionou genericamente os membros da Assembleia no sentido de saber se consideravam justificadas as opiniões manifestadas pela Sra. presidente da Comissão das Sanjoaninas e se deveriam ser feitas naqueles termos.

O Sr. d.m. Jorge Belerique, em jeito de resposta, orgulhando-se de já ter integrado uma comissão das Sanjoaninas, assim como outros dos presentes na sala, referiu que para o PSD, ao contrário da opinião do Sr. d.m. Francisco Barros, mais do que forma seria uma questão de conteúdo, pois considerava que, enquanto presidente de uma comissão de festas composta na sua maioria por voluntários, a visada devia apenas trabalhar em prol do concelho e não opinar publicamente, por assim partidarizar excessivamente a situação, devendo esse papel ser reservado à Câmara Municipal.

O Sr. d.m. Francisco Barros, dirigindo-se ao Sr. deputado Jorge Belerique, entendeu que a proposta sugeria a AM manifestasse o seu repúdio por alguém ousar expressar a sua opinião.

Relativamente ao problema do político ou não político, não integrando os seus referenciais o recurso a Vladimir Ilitch Ulianov (Lenine), citou o filósofo italiano Antonio Gramsci ao afirmar que todos os homens eram políticos, salientando a propósito que tão política seria a Sra. presidente das Sanjoaninas como qualquer um dos presentes ou qualquer cidadão que emitisse uma opinião, mesmo que afirmando não ser político.

Posto à votação, **o Voto de Protesto constante do Ponto 4.2 foi rejeitado** com 19 votos contra (18 do PS, 1 do d.m. Independente), 3 abstenções do PSD e 11 votos a favor (8 do PSD, 3 do CDS-PP).

O Sr. presidente da Mesa, terminada a apreciação e votação dos pontos agendados na Ordem do Dia, informou a Assembleia de que, após sorteio realizado em Conferência de Líderes, ficara decidido realizar a próxima Sessão Plenária na freguesia da Serreta, ao final da tarde. Questionado em tom de graça se o jantar estaria incluído, lembrou que essa situação se vinha processando em crescendo, sugerindo como data provável para a referida Sessão o dia 2 de Julho de 2010, sexta-feira.

O Sr. d.m. Vasco Capaz, depois de autorizado pelo Sr. presidente da Mesa, usando da sua qualidade de militar, actualmente na situação de reforma, participante em alguns preparativos, ainda na clandestinidade, e posteriormente nas operações militares desencadeadas na noite de 24/25 de Abril de 1974, integrando como comandante de pelotão as forças da Escola Prática de Infantaria que ocuparam o aeroporto de Lisboa, e que, com as restantes movimentações militares, materializaram com a deposição do regime então vigente a designada Revolução dos Cravos, não quis deixar passar a oportunidade de se regozijar com a passagem de mais um aniversário do “25 de Abril”.

Lembrando que dos três D's integradores do programa do Movimento das Forças Armadas – Descolonizar, Democratizar, Desenvolver – restaria por cumprir em plenitude

o terceiro (Desenvolver), já que, apesar dos avanços, muita coisa haveria que fazer, entendia caber sobretudo aos líderes e às elites, entendidas no bom sentido, pensarem mais naqueles que serviam do que nos seus próprios interesses, pois só com um generalizado sentido de serviço aos outros se conseguiriam atingir os mais elevados patamares do desenvolvimento de todos desejado.

Identificando o poder autárquico como provavelmente uma das principais conquistas alcançadas no âmbito da democratização realizada na sociedade portuguesa, lamentou que, numa das duas manifestações de carácter cultural comemorativas da efeméride a que assistira, em que se pretendia ilustrar a representação do Povo através da declamação de 25 poemas, nela não se fizessem representar os militares como elemento efectivamente integrante desse Povo, os quais, de forma extrema e única nas formulas de juramento conhecidas, juravam defender a Pátria, dispondo-se a dar a sua vida por ela se tal for necessário, tendendo uma importante fatia da sociedade a arredá-los do seu horizonte, por provável recusa a uma ideia belicista, mas lembrando-se deles quando dava jeito.

Pedindo desculpa por alguma extemporaneidade na sua intervenção, reiterou o intento de apenas assinalar a passagem de mais um aniversário de tão significativa e importante efeméride.

De seguida, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da Minuta das Deliberações.

Posta à votação sem que se verificasse qualquer pedido de rectificação, **a Minuta das Deliberações foi aprovada por unanimidade.**

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas 17H26M, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redactor, 1º secretário da respectiva Mesa.

O presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz